

**MANOEL TAVARES ARAUJO**

**LUÍS DOS SANTOS VILHENA E JOSÉ DA SILVA LISBOA: O EMBATE DO  
MERCANTILISMO COM O LIBERALISMO (1798–1810)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção  
de título de Licenciado em História pela Universidade  
Federal de Sergipe, sob orientação do professor Dr.  
Antônio Fernando de Araújo Sá.

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**

**2019**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. O CENÁRIO POLÍTICO E AS IDEIAS ECONÔMICAS .....	3
3. LUÍS DOS SANTOS VILHENA: SÍNTESE DO PENSAMENTO REFORMISTA.....	30
4. O PENSAMENTO LIBERAL NA COLÔNIA: JOSÉ DA SILVA LISBOA .....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

## 1. INTRODUÇÃO

Esse estudo pretende analisar as obras de Luís dos Santos Vilhena e José da Silva Lisboa dentro dos quadros de crise do antigo sistema colonial, do ponto de vista das suas ideias político-econômicas e das visões de mundo, partindo da inserção no que se denominou de “reformismo iluminista ou ilustrado” na Colônia. Esses autores propuseram soluções para essa crise, almejando o crescimento econômico da colônia e do império português como um todo.

Abordaremos suas formulações e os limites de temas relacionados à visão política, econômica e outros pormenores, que afetavam o funcionamento do sistema, respeitando os limites dos textos nos respectivos momentos em que foram escritos. Estavam a par das ideias econômicas em voga no período e propuseram sugestões, por vezes, não aceitas ou incompreendidas aos interesses do estado metropolitano, no momento do esgotamento do modelo mercantilista e uma aceitação ao liberalismo que, em continuidade aos problemas coloniais, imprimiram inovação e individualidade aos seus trabalhos.

Essas reformas, no que referem à estrutura fundiária brasileira, não foram adotadas pela Coroa, mas podem ser inseridas no ambiente de renovação do fim do período colonial, que tentava estimular a atividade científica em relação à agricultura, reformar a técnica agrícola, por meio da valorização do método empírico e do prestígio da mecânica. Lisboa, entreposto inicial do capitalismo holandês e depois inglês, tenta – auferindo o máximo de lucro para si – ajustar a oferta brasileira à procura dos produtos que se limita a distribuir.<sup>1</sup>

Quando da agudização da crise social e econômica, surgiram duas possibilidades de se pensar e agir: reforma ou revolução. A possibilidade de reformar foi muito debatida, podendo chegar a ser veiculada por todo o corpo social, por um setor ponderável da opinião pública e, em torno das soluções preconizadas, alinhar-se a uma parte considerável da sociedade.

Os pensadores reformistas portugueses e brasileiros de que tratam essa monografia fazem um esforço para se atualizar. Nem as teorias políticas, nem a forma de plantar cana ou ocupar a terra podem ser entendidas fora do contexto em que se processa o sistema colonial.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> JOBIM, Leopoldo. **Reforma Agrária no Brasil Colônia**. Editora: Brasiliense, 1983, p. 8-13.

<sup>2</sup> Idem, p. 9-12.

Para entende-los, no processo de evolução do pensamento político no Brasil, faz-se necessário entender a corrente do pensamento iluminista francês que refletiu sobre o colonialismo, em sua dimensão reformista e, depois, a opção revolucionária e subversiva, no contexto de embate das ideias econômicas em voga: o mercantilismo, atrelado a um sistema político específico, e a emergência do liberalismo no cenário europeu.

Após comentar as biografias desses pensadores, nossa proposta analisa seus pensamentos políticos e econômicos, contrapondo-os e observando os limites de um e outro, desde a vinda de Luís dos Santos Vilhena à Salvador, em 1787, até quando José da Silva Lisboa publica seus trabalhos sobre economia, a livre concorrência e a questão da indústria, em 1810.

Assim, dividimos a monografia em três capítulos, o primeiro consiste em um apanhado de todo o cenário político-cultural e das ideias econômicas do momento vivido por Luís dos Santos Vilhena e José da Silva Lisboa, tanto na Europa quanto na América. O segundo se debruça sobre o pensamento político-econômico de Luís Vilhena e o terceiro sobre as principais ideias de José da Silva Lisboa sobre o desenvolvimento econômica da colônia. Por fim, confrontando as ideias dos dois pensadores, analisamos as sugestões por eles realizadas para os problemas que atravancavam o desenvolvimento econômico colonial.

## 2. O CENÁRIO POLÍTICO E AS IDEIAS ECONÔMICAS

Neste capítulo, contextualizamos o momento vivido por Luís Vilhena e José da Silva Lisboa, com ênfase no ambiente europeu e português na passagem do século XVIII ao XIX, para uma melhor compreensão da lógica de funcionamento da política e economia coloniais, estruturas que se enraizaram na estrutura social Brasileira.

As biografias de Luís dos Santos Vilhena e José da Silva Lisboa foram inseridas no contexto histórico internacional, com ênfase no iluminismo português, as práticas ilustradas e as propostas reformistas. Como sabemos, o iluminismo na Europa foi um movimento heterogêneo “cujos começos se identificam com o renascimento”<sup>3</sup>, com a Revolução Filosófica e Científica do século XVII, quando o desenvolvimento do comércio, aumento populacional e das cidades favoreceram novas ideias nos campos político, econômico, científico e social desde o século XVI.

Segundo Luiz Salinas Fortes:

Embora com diferenças consideráveis de ritmo e com características peculiares na França, na Inglaterra ou na Alemanha, assistimos, nos séculos XVII e XVIII, à aceleração do lento e complexo processo de transição do modo de produção feudal para o modo capitalista de produção, esboçado desde o século XV. Sob o panorama das relações de produção vai gradativamente se metamorfoseando nos países-chave da Europa. A velha aristocracia rural, à qual estavam submetidos os servos da gleba, vai perdendo seu poder econômico e político em favor de uma nova classe, a burguesia, forjada com o desenvolvimento de novas atividades econômicas que se dão principalmente na esfera da circulação – e é época do Mercantilismo – e da produção artesanal e manufatureira que se desenvolve nas cidades, convertidas nos novos centros urbanos dinâmicos da vida social.

Ao lado da nobreza, como se sabe, e em quase perfeita simbiose com ela, está a Igreja. Trata-se do outro grande pilar de sustentação do sistema feudal, para o qual fornece o aparato ideológico justificativo de sua preservação. Com as grandes transformações que se processam a partir do século XV o sistema é abalado nas suas diferentes dimensões. Na medida exata em que o senhor feudal vai sendo suplantado, a Igreja vai perdendo o poder absoluto de que gozava sobre os espíritos e passa por uma crise profunda<sup>4</sup>.

No campo das ideias filosóficas, na era moderna vai surgindo gradativamente o conceito de razão, promovendo o desenvolvimento da sociedade racional, preterindo os valores espirituais da

<sup>3</sup> FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986. p. 6

<sup>4</sup> FORTES, Luiz Roberto Salinas. **O iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 14-15.

Igreja. Especialistas, como Max Weber, perceberam que o modo de vida advindo da racionalização propiciou ao homem escolhas livres das tradições impostas, além da universalização das leis e valores<sup>5</sup>.

Segundo Todorov<sup>6</sup>, a cidade é a protagonista desse processo de desenvolvimento da modernidade, pois nela a economia deve ser livre para desenvolver-se o comércio, proporcionando a liberdade e o debate entre as pessoas, sem as amarras de tempos anteriores. É lá onde floresce a ideia de autonomia e liberdade do indivíduo frente ao poder monopolizador do conhecimento das leis e da religião.

O Iluminismo é produto direto do racionalismo do século XVII, que apresentou como ponto culminante sua ciência da natureza, estendendo-se pela França, Inglaterra e Alemanha, absorvidos, entretanto, em grau diminuto, na Itália e na Península Ibérica, marcadamente reconhecido pelo poder da razão e com vistas a organizar a sociedade com seus princípios. Percebe-se, no conhecimento da natureza, a tarefa primordial do homem, que deve dominá-la<sup>7</sup>.

Seu desenvolvimento inicial vem da Inglaterra, inicialmente, e na França no decorrer do século XVIII com os filósofos, sendo que suas ideias influenciam depois da Revolução. Na Inglaterra, liberal na política, economia e religião, as obras são a representação da poderosa situação da burguesia. Na França, a produção literária é aparato ideológico que prepara as justificativas da Revolução, recebendo o aporte intelectual de escritores interessados em livrar o mundo do obscurantismo do passado. A ciência que adquire grande extensão, resultando na Enciclopédia, onde o conhecimento testado sucede a crença e as suposições vagas.<sup>8</sup>

Quanto à significação do termo “Iluminismo”, não é tarefa fácil defini-lo para historiadores e filósofos, pois a palavra contém diversas interpretações e sentidos, variando consoante o campo do conhecimento onde é aplicado. Falcon defende que não existe um consenso entre os especialistas sobre o significado do termo:

Os *significados* – já no próprio século XVIII, variavam muito os significados que assumiam, em cada espaço cultural, os termos utilizados para traduzir a leitura específica

<sup>5</sup> HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 4 - 5.

<sup>6</sup> TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008. p. 18 - 20.

<sup>7</sup> STRENGER, I. **História da filosofia**. São Paulo: LTr, 1998. p. 200 - 201.

<sup>8</sup> Idem, p. 202 - 203.

que aí era feita das ideias contidas em palavras e expressões como *lumières*, *Aufklärung* e *to enlighten* [...]. O problema do *vocabulário das “Luzes”* é ainda uma questão em aberto. Não basta estudar cada palavra em si mesma; é preciso situá-la filológica e historicamente, nacional e internacionalmente. A rede de significações que constituem o seu *campo semântico* não é mera reprodução ou reflexo de uma realidade histórica, mas é uma reação a essa realidade. Entre uma coisa e outra há um *espaço mental*, maior ou menor, tendente à contestação da própria realidade. Tal é o caso francês, por isso mesmo considerado “clássico”: distância e reação convertem-se aí em crítica violenta ao existente [...]. Quer na *filosofia*, com o platonismo e o neoplatonismo, quer na *esfera religiosa*, com o judaísmo e o cristianismo, a luz é sempre imagem ou símbolo que significa *verdade* ou conhecimento verdadeiro. A *iluminação* mística cristã, baseada na revelação divina, foi relida e secularizada pelo pensamento das “Luzes” [...]. Sabemos agora que Iluminismo tanto pode significar a doutrina dos que acreditam na “iluminação interior” ou mística, a qual para outros constituía uma espécie de manifestação “irracionalista”, quanto justo o oposto, iluminismo é sinônimo de “filosofia das luzes”, isto é, da chamada “iluminação racional”.

Ainda, segundo ele:

Lembremos, só para exemplificar, que, no setecentos luso, os textos utilizam muito “luzes” e “iluminados” quando se referem às ideias que chamamos iluministas. Todavia, dependendo do contexto, “iluminados” eram também os místicos que, em Espanha, são conhecidos como “alumbrados”<sup>9</sup>.

Há um consenso entre os pesquisadores que o Iluminismo foi um movimento intelectual do século XVIII, onde reuniu os maiores pensadores e filósofos da época nos diversos reinos, principados e países. Há a corrente dos racionalistas, que valorizam a razão e a ciência, utilizando-as para explicar quase todos os acontecimentos humanos. Corrente bastante utilizada por grande parte dos filósofos iluministas, contrapondo-se com as explicações de mundo dogmáticas de cunho religioso.<sup>10</sup>

Compreendido, em aspectos gerais, como o movimento ideológico responsável pela transformação das relações humanas em *lato sensu*, tendo a razão como base da condição do movimento ilustrado francês. Para os britânicos, revestia-se de uma outra significação, em que a conjuntura política e social já traduzia *in loco* boa parte aspirações pretendidas pelo modelo “clássico” francês, num sentido mais pragmático, dirigido às questões morais e econômicas, valorizando a ascensão social do homem, suas realizações materiais e políticas<sup>11</sup>.

Quanto ao Iluminismo português, foi um movimento tardio em relação às outras manifestações, em razão da predominância do ensino jesuítico nas universidades e escolas, tendo a filosofia tomista – equilíbrio entre razão e fé – como a base ideológica da educação. Então, houve

<sup>9</sup> FALCON, F. J. C. Op. Cit., p. 13-15 e 18.

<sup>10</sup> LOPES, Flávio Renato de Aguiar. Iluminismo ou Iluminismos? In: **Revista Vernáculo**, n. 27. UNB, Brasília: 2011, p. 142. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/viewFile/31092/21011>; Acessado em 16/02/2019.

<sup>11</sup> FALCON, F. J. C. Op. Cit., p. 14.

uma forte resistência de alguns intelectuais portugueses em relação às novas ideias filosóficas, que surgiram na Europa e penetravam em Portugal no final do século XVIII, contrárias à tradição jesuítica. Algumas delas logo foram consideradas subversivas pela Igreja Católica e criticadas pelos intelectuais. Portanto, a formação do Iluminismo português foi diferente de outros países, como a França, onde as ideias racionalistas e da filosofia moderna já tinham se disseminado<sup>12</sup>. A reforma pombalina oficializou a entrada das ideias ilustradas em Portugal, que tinha como principal objetivo garantir a educação iluminista para os futuros funcionários régios. Para isso, diminuiu a influência da Igreja Católica na administração do Estado e aumentou o poder do rei.

Leopoldo Jobim mostra esse momento:

No final do século XVIII aparece em Portugal uma corrente de pensamento que pretende, inspirando-se nos princípios iluministas, reformar o sistema colonial em crise. Desde o reinado de D. João V, algumas personalidades – entre as quais Alexandre de Gusmão e D. Luís da Cunha – identificam-se com as doutrinas reformistas do resto da Europa: são os afrancesados. No reinado de D. José essa facção ascende ao poder através do Marquês de Pombal, e chega a implantar reformas que sob muitos aspectos transformaram Portugal e o Brasil. No reinado de D. Maria e na regência de D. João, o ímpeto dessa atualização vai manter o dinamismo, voltando-se cada vez mais para o Brasil.<sup>13</sup>

Contudo, a reforma não teve um caráter anticatólico, diferentemente do que ocorreu em outros países europeus, em que foram feitas inúmeras críticas à instituição católica. Nestes países, os pensadores consideravam que a Igreja não se utilizava de elementos racionais para explicar os acontecimentos ocorridos no passado e no presente. Os pensadores estrangeiros criticaram os valores da Igreja como limitadores do conhecimento e da razão humanas. Uma das características marcantes do Iluminismo português, e que difere dos demais movimentos iluministas europeus, é a relação harmônica entre razão e fé, ou seja, os intelectuais ligaram e complementaram duas ideias opostas: a razão moderna e o princípio da origem<sup>14</sup>.

Segundo José Murilo de Carvalho, o Iluminismo Português se aproxima mais do italiano do que do francês. Capitaneado por Pombal, mas preparado por Luís dos Santos Verney, foi considerado reformismo e pedagogismo. Carvalho completa: “Seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista,

<sup>12</sup> LOPES, F. Op. Cit. p. 152.

<sup>13</sup> JOBIM, L. Op. Cit. p. 7.

<sup>14</sup> Idem, p. 154.



nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente cristão e católico”<sup>15</sup>.

O Estado português, ainda nesse período, tinha no mercantilismo e na escravidão suas bases de apoio, o que era uma contradição aos princípios econômicos iluministas, sofrendo um grande revés econômico, pois este sistema não correspondia mais aos novos anseios econômicos europeus. Na colônia, segundo Mota, havia uma crise no sistema colonial, manifestada pelo desequilíbrio provocado nas atividades econômicas pela mineração, como o desencaminhamento da mão-de-obra dos setores agrícolas para as lavras, a queda da arrecadação do quinto e o convívio com a lentidão de um aparelho administrativo ineficiente. Então, observamos uma impossibilidade de superação das diferenças de ritmo entre as economias das potências europeias, que começavam a se industrializar, e a economia portuguesa como um todo, ou seja, uma crise acompanhada por uma política econômica decadente, orientada por uma monarquia absolutista, também em crise. Essa consciência de atraso econômico, estimulou uma série de reformas a partir de 1770, nos campos intelectual e científico, com vistas a desenvolver a economia, no ritmo das demais nações europeias<sup>16</sup>.

Nesse contexto, a economia portuguesa não encontrava campo para desenvolver-se, preterida pelo avanço da industrialização, limitando-se a uma economia cheia de privilégios e monopólios a uns poucos, escravagista como base de sua produção; momentaneamente, na colônia portuguesa, com grandes extensões de terras improdutivas, não se tinha a mínima preocupação com seu desenvolvimento tecnológico e industrialização de seus gêneros.

Então, as novas ideias econômicas, advindas da Europa, influenciaram a orientação de novas soluções para os problemas coloniais, nos escritos de letrados e intelectuais luso-Brasileiros, dentro dos limites do próprio sistema colonial. O colonialismo português, até meados do século XIX, foi sofrendo abalos em consequência do avanço das revoluções liberais, que provocava a desagregação do absolutismo em sua organização política e econômica.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 67.

<sup>16</sup> MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de Revolução no Brasil (1789 – 1801)**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 36 – 37.

<sup>17</sup> ARAÚJO, Emanuel. Introdução. In: VILHENA, Luís dos Santos. **Pensamentos políticos sobre a Colônia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987. p. 5 (Série Publicações Históricas 87). p. 1.

É implantada uma nova política colonialista, devido as reformas de Marquês de Pombal, e novos escritos são estimulados pelo governo metropolitano, no intuito de registrar as tentativas de modernização, discutindo sobre como investir para crescer a produção agrícola ou a tentativa de inserção de outras culturas agrícolas, como a modernização das técnicas sobre a cana-de-açúcar, o anil (tinta do urucu), cochonilha, café, cacau, especiarias e plantas utilizadas pela indústria têxtil. Tudo isso exaltando os grandes proprietários, senhores de engenho. Criava-se uma filosofia de como explicar o progresso da colônia pela agricultura, pela teoria fisiocrata. A corte era rodeada de intelectuais adeptos dessa doutrina econômica, exaltando novas técnicas e transformando a geração dos filhos dos proprietários, futuros novos proprietários, em verdadeiros filósofos propagadores de ideias transformadoras da dinamização da economia colonial.

Segundo Emanuel Araújo:

A Metrópole aferrava-se à ideia de exportar, e para exportar era preciso concentrar todo o empenho técnico e financeiro em cultivos (praticados nas colônias) de rápida aceitação nas principais praças europeias. Em fins do século XVIII já não bastavam as culturas tradicionais, e assim o governo central resolveu que seus colonos americanos poderiam ser tentados a investir em novos empreendimentos de grande porte e fácil retorno, atraentes porque de exportação assegurada, a exemplo da própria cana-de-açúcar, cultivada havia mais de duzentos anos. Bastava, portanto, segundo os planejadores da Metrópole, mostrar aos lavradores do Brasil *como fazer* para melhorar o plantio de produtos conhecidos e introduzir outros solicitados pelo mercado internacional.<sup>18</sup>

E Leopoldo Jobim reforça:

A Coroa portuguesa sempre incentivou esta última [reforma da técnica agrícola], pois visava aumentar a produtividade da economia colonial, gerando lucros para a metrópole. Durante o período em que estavam no poder Martinho de Melo e Castro (1770–1795) e Rodrigo de Souza Coutinho (1796–1812) as iniciativas nesse sentido receberam grande incentivo e estímulo. Para que se tenha uma ideia do espírito que se anima, vale apontar apenas uma dentre tantas providências para conhecer e melhorar a agricultura Brasileira. Em 12–11–1801, Souza Coutinho determina ao governador da Bahia “que seja enviada uma coleção de sementes de todas as plantas da Capitania, para que se possa publicar uma flora completa e geral do Brasil.”<sup>19</sup>

Do ponto de vista da forma particular do Iluminismo manifestada pelo absolutismo português, vemos uma concepção de Estado que se expressa através de formas assumidas nos governos ilustrados, entendidas estas últimas como consequências das ideias filosóficas do Iluminismo. Conceito que só se aplica em breves períodos e apenas alguns Estados europeus. São

<sup>18</sup> Idem, p. 25.

<sup>19</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 31.

governos que se caracterizam ainda por ideias mercantilistas, mas começam a serem influenciados pelas concepções fisiocráticas, que constituiu, no plano das ideias econômicas, a verdadeira face assumida por essa forma de manifestação iluminista, o “absolutismo ilustrado” ou “despotismo esclarecido”, manifestados tipicamente na Prússia e Áustria, mas também representativos nos países ibéricos, como Portugal e Espanha<sup>20</sup>.

No tocante às ideias econômicas, nos países ibéricos predominaram, mesmo quando já superado no restante da Europa ocidental<sup>21</sup>, o Mercantilismo, que foi um conjunto de ideias e práticas político-econômicas, na sua articulação com o processo de transição feudal-capitalista. Essas ideias e práticas constituíram-se totais em manobras intervencionistas do Estado na economia entre os séculos XV e XVIII. Tais práticas não constituíam um sistema organizado de ideias, teoria econômica, nem eram aplicadas de maneira homogênea na Europa, ao longo dos séculos da idade moderna. Essas características, tanto no nível do discurso, quanto no nível da política econômica, remetem ora ao universo mercantil dominado pelo capital comercial, ora ao universo do Estado moderno absolutista, com estruturas e funções bastante peculiares. Entretanto, tem dois pontos como cruciais: uma teoria monetária e da balança comercial, que se desenvolveram numa tensão que veio a colocá-las em posições antagônicas na segunda metade do século XVIII.<sup>22</sup>

Já os fisiocratas foram um grupo de pensadores franceses, reunidos em torno da liderança de François Quesnay, que se dedicaram na defesa de proposições liberais na política econômica, em contraste com as tradições centralizadoras e o protecionismo mercantilista, então vigentes nas monarquias absolutistas<sup>23</sup>.

Acreditavam que a prosperidade econômica de uma sociedade, provinha apenas a agricultura, único setor aceito como produtivo e não a indústria e o comércio, considerados como classe estéril, pois achavam que nada se rendia de qualquer excedente ou lucro da atividade industrial<sup>24</sup>.

Sendo uma doutrina que excede o campo econômico, se projeta na ordem social e política, tendo como palavra dominante a liberdade, tanto para comprar e vender, quanto para agir livremente na concorrência. No plano político, não rompe com a monarquia absoluta e hereditária.

<sup>20</sup> FALCON, Francisco José Calazans. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986. p. 13 - 24.

<sup>21</sup> Idem, p. 23.

<sup>22</sup> FALCON, Francisco José Calazans. **Mercantilismo e Transição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 15ª edição, 1994. (Coleção Tudo É História, v. 7). p. 94 – 99.

<sup>23</sup> COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de economia política clássica**. São Paulo/Campinas: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 1993. p. 58.

<sup>24</sup> HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981. p. 58

Segundo Gomes, “porque o poder é de origem divina e o soberano é autoridade que não pode ficar sujeita a discussão, declara as leis e faz com que sejam respeitadas”.<sup>25</sup>

Assim, “somente a natureza é criadora. O homem apenas transforma, de modo que só os agricultores (que tiram da natureza suas riquezas) são verdadeiramente produtores. Tôdas as outras classes são estéreis”<sup>26</sup>. Apesar de se opor, a Fisiocracia cria algum mínimo vínculo com o Mercantilismo, pois originou-se na França, país onde o absolutismo demonstrou sua expressão mais aguda.

O que se denominou chamar de pensamento liberal, surge da teoria econômica de Adam Smith, onde o mesmo rejeita as teorias e políticas, tanto dos mercantilistas, quanto dos fisiocratas, indicando depois qual sistema maximizaria o bem-estar econômico<sup>27</sup>.

Para ele,

Consequentemente, uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas.<sup>28</sup>

Portanto, apenas uma economia livre das amarras intervencionistas do Estado, proporcionaria progresso econômico, onde a acumulação de capital torna-se a principal fonte desse progresso. Estava preocupado em refutar a tese dos fisiocratas de que o trabalho proporcionado pela indústria era estéril ou improdutivo. Assim, ele percebeu que a acumulação era uma fonte de lucros, de maior acumulação e de progresso econômico.<sup>29</sup>

Ponto importante dessa relação era que o trabalho produtivo promoveria a acumulação de capital, o que aumentava o bem-estar econômico, tudo baseado no aumento da produtividade. Descrevendo a quantidade de capital a ser aplicado na indústria interna num “sistema de liberdade natural”<sup>30</sup>, Smith formula a máxima da sua tese, segundo a qual em um mercado livre, os atos dos indivíduos são dirigidos, como que por uma “mão invisível”.<sup>31</sup>

<sup>25</sup> GOMES, Alfredo. **Introdução à economia: subsídios históricos e doutrinários**. Rio de Janeiro: Agir, 1958. PUC-RJ – Coleção do Instituto de Estudos Políticos e Sociais. p. 129.

<sup>26</sup> Idem, p. 129.

<sup>27</sup> HUNT, E. K. Op. Cit., p. 78.

<sup>28</sup> SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os economistas). 1 v. p. 147.

<sup>29</sup> HUNT, E. K. Op. Cit., p. 79.

<sup>30</sup> Idem, p. 80.

<sup>31</sup> Ibidem. p. 81.

Como o próprio elucida:

[...] todo indivíduo que emprega seu capital no fomento da atividade interna necessariamente procura com isso dirigir essa atividade de tal forma que sua produção tenha o máximo possível.

O produto da atividade é aquilo que esta acrescenta ao objeto ou às matérias-primas aos quais é aplicada. Na proporção em que o valor desse produto for grande ou pequeno, da mesma forma os serão os lucros do empregador. Mas, se alguém emprega um capital para fomentar a atividade, assim o faz exclusivamente em função do lucro; consequentemente, sempre se empenhará no sentido de aplicar esse capital no fomento daquela atividade cujo produto, é suscetível de atingir o valor máximo, isto é, daquele produto que possa ser trocado pela quantidade máxima de dinheiro ou de outras mercadorias.

Ora, a receita anual de cada sociedade é sempre exatamente igual ao valor de troca da produção total anual de sua atividade, ou, mais precisamente, equivale ao citado valor de troca. Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo.

E prossegue:

Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte das suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.<sup>32</sup>

O liberalismo marcará o debate onde se desenvolveu a reflexão econômica. O acúmulo de riqueza de particulares se identifica com a riqueza privada e os economistas passaram a tratar da produção de mercadorias. As reflexões econômicas, ainda são postas pelo mercantilismo, sendo decorrentes das relações sociais mercantis – comércio, moeda, juros, valor, balança comercial. Mas inicia-se as referências às relações sociais privadas.

Como afirma Maurício Coutinho:

Apenas o reconhecimento da preponderância do parlamento nas decisões fiscais permitiu ao poder público a recuperação da capacidade de tributar e, em consequência, a situação de um governo forte. Não por acaso, os escritos de autores que viveram no século revolucionário (como Locke e Petty) retratam a preocupação extremada com a boa fiscalidade, vale dizer, aquela que compatibilizava a autoridade simbólica da Coroa com as prerrogativas dos proprietários. A economia converte-se quase em uma disciplina administrativa do “bom governo”.

---

<sup>32</sup> SMITH, A. Op. Cit., p. 379 - 380.

No século XVIII, a temática fiscal vai perdendo importância, e sofre transformações. A economia deixa de ser uma “ciência do bom governo”, convertendo-se em uma ciência da riqueza privada e comercial. A temática fiscal não desaparece, mas é adequada aos desígnios de um pensamento que vê no progresso do capital a riqueza das nações.<sup>33</sup>

No âmbito social, uma das características que marcavam os governos ilustrados era secularização, que é a abolição da natureza e dos controles ideológicos de natureza eclesiástica. No plano político, a visão do Estado como procurador dos interesses do bem comum, uma administração eficiente e atenta, com seus regulamentos e funcionários, um verdadeiro fortalecimento do aparelho burocrático.<sup>34</sup> Isto é, ampliando e tornando mais eficiente a ação estatal.

Como descreve Francisco Falcon:

É por isso que as novas técnicas governamentais exigem: centralização e racionalização da estrutura administrativa, cujas ramificações devem estender-se, como gigantesca teia, a todos os recantos do país; [...] a eficiência e competência dos funcionários encarregados de planejar e executar as tarefas administrativas e governamentais, razão pela qual é necessária a organização de uma burocracia de profissionais devidamente preparados e integralmente ligados às suas obrigações, ciosos de sua autoridade e obedientes aos seus superiores, um verdadeiro exército civil, para o qual a lealdade do príncipe e ao ideal de bem servir ao Estado devem ser os únicos princípios diretores.<sup>35</sup>

A formação dessa burocracia demanda uma maior comunicação com regulamentos, ofícios, requerimentos e petições. Há uma codificação de leis e costumes que atende ao burocrata. Como completa Falcon:

Os intelectuais são frequentemente ouvidos, chamados a emitir pareceres e a oferecer sugestões, formalmente ou não; apresentam planos de reformas; ocupam mesmo, em certos casos, posições políticas importantes. No conjunto, porém, prevalece a preocupação com a sobrevivência da aristocracia: seus filhos são estimulados a estudar em colégios e faculdades, reformadas ou recém-criadas, especialmente voltadas para os estudos modernos mais diretamente aplicáveis aos problemas da administração do Estado.<sup>36</sup>

A política pombalina reveste-se de características ilustradas, associando várias práticas mercantilistas a outras, no plano político-administrativo e ideológico, inspirados nos princípios iluministas, voltados ao sistema de ensino. Pombal admirava Colbert, mas também era consciente de muitos aspectos positivos do modelo econômico inglês. Contudo, existia uma contradição fundamental entre Portugal e Inglaterra: seus regimes políticos. Enquanto na Inglaterra imperava o

<sup>33</sup> COUTINHO, Maurício Chalfin. Op. Cit., p. 35 - 37.

<sup>34</sup> Idem. p. 24 - 25.

<sup>35</sup> Idem. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986. p. 25.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 26.

sistema parlamentar com grande ascensão das camadas populares que enriqueceram, em Portugal o absolutismo régio era inquestionável. Para revitalizar Portugal, Carvalho e Melo convenceu-se de que eventuais soluções ao feito inglês deveriam ser “aportuguesadas”, mas também enquadradas na concepção do poder real absoluto e esclarecido.<sup>37</sup>

Pombal dedicou-se a destruir as resistências da alta nobreza e dos jesuítas aos seus projetos regalistas. Seu antijesuitismo foi um dos mais ferozes do seu tempo. Procurou também construir: estimulando o comércio, sobretudo com as colônias, impulsionando as manufaturas, reorganizando totalmente o funcionamento da arrecadação das receitas e a programação das despesas, com a criação do Real Erário, sustentando com pulso firme a ação da Junta do Comércio. Pombal favoreceu efetivamente a constituição de um pequeno grupo de grandes fortunas burguesas, comerciantes de “grosso trato” e donos de manufaturas.

A completa redefinição do direito à luz do direito natural e a reforma do ensino jurídico, a reforma da Inquisição, transformada em tribunal de Estado, a abolição das discriminações que ainda pesavam contra os cristãos-novos, sempre suspeitos de judaísmo, eis algumas das medidas postas em andamento, que traduziam uma política inspirada em Verney, Ribeiro Sanches e outros defensores das concepções do Iluminismo, quase sempre através da Itália.<sup>38</sup>

Pombal adotou uma política mercantilista tipicamente colbertista<sup>39</sup>, com a criação de companhias de comércio privilegiadas para as atividades coloniais e incentivo à implantação de manufaturas na metrópole. Contudo, essa política alcançou apenas uma parte das atividades no comércio, pois um comércio livre prosperou ao lado dos monopólios para certas regiões. As manufaturas, subsidiadas pelo Estado, também não significaram o fim dos pequenos produtores. Não houve efetivamente uma política modernizadora, tampouco reforma do sistema fiscal e sim uma preocupação maior com o crescimento do contrabando e do déficit comercial com a Inglaterra e outras nações. As reformas centralizaram a arrecadação, aumentando-a através de um controle

<sup>37</sup> TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da UnB, 1961. p. 163.

<sup>38</sup> Idem, p. 63 - 64.

<sup>39</sup> Essa expressão designa uma forma de protecionismo e série de práticas intervencionistas, exercidas na França durante o reinado de Luís XIV, pelo seu ministro Jean Baptiste Colbert (1619 – 1683), político francês, que atuou como ministro da economia do referido monarca. Inspirado nos princípios mercantilistas, os quais defendiam que a riqueza e poder do Estado resultam da acumulação de ouro e outros metais preciosos, Colbert definiu um conjunto de medidas com o objetivo de gerar um excedente comercial e assim proporcionar a acumulação de ouro. Tendo como principais características o incentivo ao desenvolvimento das manufaturas, de caráter industrialista, expansão marítima com objetivos comerciais, incentiva às companhias de comércio, para estimulá-lo, junto com a constante busca do superávit na balança comercial. Adota uma política protecionista e manufatureira de grande amplitude. Idem. **Mercantilismo e Transição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 15ª edição, 1994. (Coleção Tudo É História, v. 7). p. 60 – 99.

mais rigoroso das contas públicas, as despesas e receitas, reduzindo a corrupção a níveis aceitáveis.<sup>40</sup>

As práticas ilustradas predominaram no setor econômico, do ponto de vista comercial, como o incentivo à indústria por meio de manufaturas, anseios de liberdade comercial, ao menos no mercado interno, além das preocupações com a balança comercial favorável. Em paralelo, medidas também atuantes, como o fiscalismo, com argumentos fisiocráticos ou não.<sup>41</sup> Durante a administração pombalina, em Portugal, o mercantilismo predominou. Mais tarde, sob d. Maria I, surgiram as primeiras publicações de cunho fisiocrático.<sup>42</sup>

Outra observação é que, de modo geral, os intelectuais Brasileiros ilustrados, filhos da elite rural que exerciam cargos públicos e defendiam os interesses de sua classe, camada dominante da sociedade, podiam até aceitar um relativo liberalismo econômico, mas separavam este do liberalismo político, identificando-se com frequência, no máximo, apenas com a ideia do império português instalar-se na América. Cabe ressaltar que estes pensadores reformistas foram críticos de seu tempo, mas não propuseram o rompimento total entre a colônia e a metrópole. Ao contrário, eram colonos (ou reformistas) ilustrados que tentavam conciliar os interesses da burguesia metropolitana portuguesa e os da elite agrarista rural Brasileira. Então as críticas mais contundentes assumiam um tom reformista ou, se mais aprofundadas, moderadas e absorvidas pelas autoridades dentro dos limites da reforma pombalina.<sup>43</sup>

Portanto, houve uma série de propostas reformistas e revolucionárias, que propunham o rompimento com a metrópole, sendo ideias de revolução ou de quietação, mas nós optamos por estudar as reformistas, de pensamento intermediário, denominados Reformismo Ilustrado ou Reformismo Iluminista. Havendo também toda uma faixa de ideias moderadas em relação às tendências apontadas: sem serem perfeitamente ajustadas ao sistema e ao consenso da época, não eram revolucionárias.<sup>44</sup>

A maioria das memórias publicadas neste período era de cunho técnico e econômico, sendo incentivadas como política do Estado português no tempo do Marquês de Pombal e, no Brasil, executada pelos vice-reis Marquês do Lavradio (D. António de Almeida Soares Portugal), Luís de

<sup>40</sup> Idem. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986. p. 81 - 82.

<sup>41</sup> Idem, p. 79.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>43</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 29.

<sup>44</sup> MOTA, C. G. Op. Cit., p. 82.



Vasconcelos e Souza e D. Rodrigo de Souza Coutinho, desde 1796. Muitos provinham da influente geração do Iluminismo português instalada por Pombal, havendo, portanto, um enraizamento conservador em suas raízes políticas. Sempre atrelados aos interesses estatais.<sup>45</sup>

Em 1779, é fundada a Academia das Ciências de Lisboa, que divulgava novas técnicas agrícolas e inventos. Muitos de seus sócios correspondentes são brasileiros e enviam a Lisboa o resultado de seus experimentos sob a forma de memórias. A agricultura passa a ser considerada uma ciência e como tal exige o método empírico.<sup>46</sup>

O esforço destes intelectuais focava na renovação de uma agricultura sufocada pelo sistema fiscal, estagnada pela concorrência das Antilhas e das outras colônias tropicais. Procurou-se matérias primas para implantar manufaturas em Portugal de modo mais efetivo e implementar reformas políticas mais voltadas para o início de uma tentativa efetiva de industrialização na metrópole, jamais na colônia, tendo como objetivo primordial o desenvolvimento de suas potencialidades agrícolas. Como afirma E. Araújo:

Daqui em diante abundaram os escritos, ditos ‘memórias’ (o de Vilhena, na forma de ‘cartas’, tem esse caráter), produzidos e estimulados desde 1770 pelo governo mesmo: o exemplo acabado desse interesse, aliás, são as séries de *Memórias Econômicas* da Academia Real das Ciências de Lisboa, cujo espírito reflete as raízes lançadas pela reforma pombalina [...].

A avalanche de memórias, publicadas ou não, dos dois últimos decênios do século XVIII e indícios do XIX bem reflete esse utilitarismo comum a todas elas. Numa época em que o ouro Brasileiro parecia esgotado, era natural que a *intelligentsia* da época se voltasse para a ‘modernização’ da economia colonial tomando por base o princípio da fisiocracia: a única fonte de riqueza encontra-se nas produções da terra. Não por acaso, assim, a Academia Científica, fundada no Rio de Janeiro em 1772 e retomada sob o nome de Sociedade Literária em 1786 (durou até 1794), voltou-se à produção de memórias sobre a cultura do anil, do cânhamo e da cochonilha, além de promover tratados de história natural, química, astronomia etc., todos visando a “facilitar os trabalhos do agricultor, fazendo-lhe conhecer a qualidade do terreno para não ser infrutuosa a sua lavoura”. Em 1781 José da Silva Lisboa já não tinha dúvida ao afirmar que “este nosso século é o século da agricultura”.

E conclui:

Em 1799 vemos o próprio Silva Lisboa sugerir ao governo que se conferisse uma recompensa a Joaquim Inácio da Silveira Bulcão por ter sido o primeiro proprietário que adotara novos processos de moagem de cana

Observe-se, porém, que o princípio fisiocrático só era estimulado para aplicação no Brasil [...]. Ilustrativo desse ponto de vista e do aproveitamento de Brasileiros na nova política colonialista seria a publicação, estimulada por dom Rodrigo de Souza Coutinho, ministro

<sup>45</sup> CARVALHO, J. M. Op. Cit., p. 68.

<sup>46</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 33 - 34.

de dona Maria I desde 1796, de uma série de memórias destinadas a divulgar novas técnicas agrárias, dirigida pelo naturalista mineiro frei José Mariano da Conceição Veloso. Esse ministro promoveu também pesquisas de campo (sempre no intento da renovação da agricultura tradicional) de estudiosos como Manuel de Arruda Câmara, Hipólito José da Costa, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt, Baltasar da Silva Lisboa e tantos outros. Dom Rodrigo, com esse decidido esforço de modernização agrícola no Brasil, o qual ele animava por meio de avultado investimento em investigações científicas, naturalmente estava convencido de que não seria vantajoso desenvolver a indústria na Colônia.<sup>47</sup>

Nessa linha de racionalização do aparelho governamental, a burocratização das atividades administrativas, com vistas ao fortalecimento da autoridade monárquica, o desenvolvimento das riquezas do país e um atrofiamento do pensamento científico atrelado a velhas tradições foram as características do que se designou chamar de Iluminismo português.

Analisaremos as formas de pensamento de dois representantes (Luís dos Santos Vilhena e José da Silva Lisboa), contemporâneos desses acontecimentos, suas visões político-econômicas a serviço da corte, suas vivências na situação colonial, diante das influências recebidas pelo contexto cultural, político e econômico mundial que vigorava nesse momento de passagem do século XVIII ao XIX. Na segunda metade do século XVIII, o Iluminismo, ao redimensionar o pensamento ocidental, fornece ideias que justificam as tentativas de reformulação do sistema colonial europeu. Essa forma de pensamento transfigura-se numa série de reformas que afetam diretamente a agricultura, tão estimada pelas ideias fisiocráticas. O processo de reformulação do colonialismo se dá num momento em que o mundo inteiro está rejeitando ou transformando radicalmente o mercantilismo – que justificou o antigo sistema colonial – por um lado, ao adotar a máxima fisiocrática de que a única riqueza verdadeira provém da terra e, por outro lado, ao postular o livre comércio como manifestação internacional da economia de mercado, como condição indispensável para o estabelecimento do sistema econômico liberal e da felicidade geral resultando para as nações. Os filósofos da ilustração não estavam satisfeitos com a realidade que os cerca e concebem uma forma de pensamento onde o reformismo surge como uma exigência da razão.<sup>48</sup>

Luís dos Santos Vilhena e José da Silva Lisboa tiveram uma trajetória bastante parecida, foram professores, funcionários públicos do Estado português, vieram de uma origem social semelhante e conviveram em Salvador, numa cidade que ainda continuava sendo um núcleo urbano muito importante, principalmente por causa de seu porto para escoamento das grandes produções

<sup>47</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 7 - 9.

<sup>48</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 14 – 24.

agrícolas do período, como o açúcar. Para chegar ao Rio, passava-se por Salvador, na época ainda o maior centro urbano do Brasil, como descreve Kátia Mattoso:

cidade rural e ao mesmo tempo mercantil, metrópole regional, assim como centro redistribuidor, a cidade de Salvador está sujeita às flutuações das ofertas de um mercado internacional caprichoso, a uma produção de gêneros de exportação sempre prejudicada pela má qualidade dos transportes, a um abastecimento difícil e insuficiente. Consideram-na, no entanto, opulenta de uma riqueza ostentatória.<sup>49</sup>

### Luís dos Santos Vilhena

Luís dos Santos Vilhena nasceu em Portugal, na vila de Santiago de Cacém, em 1744. De 1766 a 1777 prestou serviço militar no regimento de infantaria de Setúbal, época em que estudou latim e grego, como autodidata. Doente, deixou a tropa e obteve da Real Mesa Censória licença para “livre ensinar”<sup>50</sup>, o que estudou em Alvito, onde foi designado para assumir a cadeira de gramática latina. Transfere-se para Lisboa no ano de 1777. Esse período de dez anos entre a queda de Pombal e a ascensão de D. Maria – no desencadear da Revolução Francesa – foi o período do apogeu do Iluminismo português. Sua enfermidade, entretanto, impediu-o de exercer magistério durante quase um ano, após o que se viu “precisado a abrir aula nesta capital [Lisboa], onde ensinou ambas as línguas em que os seus alunos fizeram progressos mais que ordinários”. Morando em Lisboa, não se deixou de influenciar a essa efervescência de ideias. Depois de prestar o exame público à Real Mesa Censória, é nomeado professor Régio em Salvador.<sup>51</sup>

Quando chega à Bahia, encontra a cidade influenciada pelas ideias ilustradas e frequenta o reduzido círculo que constitui a elite cultural da cidade. Acabou em pouco tempo ganhando a metade do que deveria por não conseguir um número suficiente de alunos, conviveu com ricos e com pobres, conheceu a riqueza intelectual e também certa miséria material.<sup>52</sup> Tem acesso a leituras avançadas para a época, sendo que a censura nunca conseguiu controlar o contrabando de livros

<sup>49</sup> MATTOSO, Katia M. de Queiros. A opulência na Província da Bahia. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 – 1998. 2. v. p. 145.

<sup>50</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 31.

<sup>51</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 52.

<sup>52</sup> MATTOSO, K. Op. Cit., p. 147.

proibidos. É colega de José da Silva Lisboa, embora não concorde com o liberalismo desse pensador. Apesar de ganhar pouco, completa seus vencimentos com o aluguel de negros de ganho.<sup>53</sup>

Percorreu um bom número de engenhos e perdeu grande parte do seu tempo perambulando por escritórios comerciais à procura de protetores dispostos a escutar as propostas de seus inventos mecânicos no intuito de aumentar a produtividade agrícola, acabando por conhecer todas as camadas da população.<sup>54</sup> Pretendendo enriquecer, fez experiências com inventos, visando aumentar a produtividade dos engenhos de açúcar na área do Recôncavo baiano, chegando a obter privilégios, o que acabou gastando muito dinheiro em uma moenda de sua invenção, no final obteve prejuízos.<sup>55</sup>

Ao findar o primeiro período de seis anos, em 1793, Vilhena solicitou prorrogação por outro de igual tempo, o que lhe foi concedido. Apesar de sua inaptidão para os rigores do “clima cálido daquela região, em que pelo decurso de 12 para 13 anos tem sempre padecido e padece uma continuada doença”, e de que sua jovem mulher “tem padecido 17 doenças agudíssimas”, continuou firme seu propósito de permanecer nesta terra inóspita, e assim em 1798 voltou a solicitar um terceiro período de permanência no Brasil.<sup>56</sup>

Em 1799, Vilhena ainda chegou a solicitar uma autorização para exercer seu magistério em Salvador por mais um período de mais seis anos, mas ao saber que o governador julgava dispensável a cadeira de língua grega, ele considerou-se “quase fora do seu emprego” e pediu para ser jubilado com salário integral. Todavia, o governador foi inflexível e em 30 de agosto de 1800, por ofício reiterado merecedor da aposentadoria com vencimentos completos, o jubilava “unicamente com a metade do ordenado, atendendo a que o rendimento do subsídio literário estabelecido nesta capitania apenas chega para pagar aos professores atuais”.<sup>57</sup>

Acontece que Vilhena frustrava-se como professor. No século XVIII o latim era a segunda língua de todo homem culto, enquanto ao grego se reservava um plano deveras modesto, perdendo de longe para línguas modernas como francês (a mais prestigiosa) e inglês. O aprendizado da língua grega, nas colônias e na metrópole, só era útil aos que pretendiam ingressar na Universidade de

<sup>53</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 52 - 53.

<sup>54</sup> MATTOSO, K. Op. Cit., p. 148.

<sup>55</sup> VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edison Carneiro. Vol. I, II, III. Salvador, BA: Editora Itapuã, 1969. Vol. I, 1969. p. 191 - 192.

<sup>56</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 31.

<sup>57</sup> Idem, p. 32.

Coimbra. A cultura grega seria bem considerada, mas quando escrevia seu trabalho Vilhena confessava que suas aulas eram frequentadas por somente cinco alunos.<sup>58</sup>

Quando foi jubilado, aos 56 anos, doente e amargurado, encontrava-se em Portugal para tratar da saúde. Retornou a Salvador em outubro de 1808, falecendo em 29 de junho de 1814, aos setenta anos, onde “foi sepultado no convento de Santa Teresa no Hábito do Carmo, com seu testamento solene em que deixa por herdeira sua mulher, deixa dez missas de corpo presente e mais outras.”. A mulher, Maria Antônia, sobreviveu-lhe três anos, vindo a falecer em 1817, “de hidropisia no peito”, aos 45 anos de idade.<sup>59</sup>

Vilhena escreveu as primeiras vinte cartas (1798 e 1799) quando pediu para ser jubilado e voltou a Portugal para tratamento de Saúde, sendo que o navio que viajava, quase afundou ao enfrentar uma dura tempestade. Dessa aventura conseguiu salvar parte dos seus apontamentos, fontes documentais e livros dos quais pretendia concluir suas cartas sobre o Brasil. Ele mesmo declarou que fora advertido para não se entregar ao ócio e completar mais amplamente seu trabalho pelo próprio dom Rodrigo de Souza Coutinho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Real Erário, conselheiro de Estado do príncipe regente e presidente da Biblioteca Pública, a quem, aliás, foram dedicadas às últimas cartas, exceto a 21.<sup>a</sup>, copiada em caderno independente. Em 1802, Vilhena tinha seu trabalho concluído.<sup>60</sup>

Brás do Amaral (1861–1949) resume parte da história dessas cartas: dedicadas e enviadas as vinte primeiras ao príncipe dom João, que certamente deu-as a dom Rodrigo, o qual receberia diretamente, depois, as quatro restantes. Em finais do século XIX, os manuscritos e suas pranchas estavam em mãos de um particular e o bibliógrafo José Carlos Rodrigues terminou por comprá-los, que foram repassadas ao acervo da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Foram copiados, por instância do governo baiano, para ser publicados em 1922 (vols. 1 e 2) e 1935 (vol. 3) por Brás do Amaral, com “alguns senões” que o leitor certamente notaria. Esses “senões” foram corrigidos na segunda edição integral, efetuada por Édison Carneiro, em 1969.<sup>61</sup>

Na nota explicativa, antes da apresentação, a Editora Itapuã mostra o título original dessa obra, oriunda da Biblioteca Nacional, que é *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas*.

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 32 – 33.

<sup>59</sup> Idem, p. 34.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>61</sup> Idem, p. 35.

Mostra as modificações contidas nesta segunda edição elaborada por Edison Carneiro e destaca a “raridade bibliográfica” das cartas e ainda, que com essa publicação buscava “prestar um serviço à Bahia e aos estudiosos do Brasil”.<sup>62</sup>

Sua segunda edição, de 1969, tem uma apresentação de Edson Carneiro, em que tece alguns comentários, de cunho biográfico sobre Vilhena, revelando informações de Vilhena que não foram do conhecimento de Braz do Amaral, como as dúvidas sobre o nascimento e o falecimento do professor. Documento encontrado por uma educadora, Anfrísia Santiago, 25 anos após a publicação da primeira edição de sua obra. Põe a veracidade dos escritos do professor em xeque, quando escreve que suas fontes são obscuras, reconhecendo uma obra de referência da época: a *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, de José Antônio Caldas, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1931, e pela Prefeitura da Cidade de Salvador, em 1951.

Vilhena basicamente reproduz os mesmos assuntos dessa primeira obra, como as relações de juízes e desembargadores, de governadores, bispos e arcebispos, mapas de despesas civis, eclesiásticas, militares. Carneiro sugeriu que Vilhena se apoia nessa obra. Mas Vilhena estendeu essas buscas a toda a colônia, além da Capitania da Bahia e com propósitos diferentes da simples exposição de Caldas. Luís Vilhena, na dedicatória ao príncipe, afirma que se serviu como possíveis fontes de “manuscritos não vulgares” e de sua observação, afirmando seu compromisso com a verdade, que era comparada a um “mineral tosco” que poderia depois ser transformado em história.<sup>63</sup>

Carneiro percebe a importância de Braz do Amaral e reconhece, quanto ao seu esforço para conseguir publicar a primeira edição de 1922, como parte das comemorações do centenário da independência nacional. Na apresentação à segunda edição da obra: “Palpitantes de bahianidade, as notas e comentários de Braz do Amaral são hoje inseparáveis do texto de Vilhena.”<sup>64</sup>, Carneiro faz um último comentário, em que traça o perfil da capital soteropolitana no fim do século XVIII, na qual a visão da “realidade” era a “decadência” que vivia a Bahia.<sup>65</sup>

<sup>62</sup> VILHENA, L. dos S. Vol. I, 1969.

<sup>63</sup> NETA, Amélia Saback Alves. Filtro historiográfico: cartas de Vilhena pela leitura de Braz do Amaral. In: **XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2015, Florianópolis. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis - SC, 27 a 31 de julho de 2015. p. 6.

<sup>64</sup> Idem, p. 1.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 6.

Quanto ao prefácio, Braz do Amaral, apresenta uma notícia, contendo dados biográficos básicos de Luís dos Santos Vilhena à Academia de Letras da Bahia, em 1917, e outros documentos encontrados no Arquivo Público. Inicialmente, era um manuscrito, de nº 2.544, que pertenceu a coleção de José Carlos Rodrigues. As cartas foram encontradas no período que fazia pesquisas para comentar a obra *Memórias históricas e políticas da província da Bahia (1919 – 1940)*, de Ignácio Acioli, bem como reunia dados e argumentos para defender a Bahia nas questões de fronteira com Sergipe e Espírito Santo.<sup>66</sup>

O Governo da Bahia, ao tomar conhecimento, imprimiu uma cópia do manuscrito da Biblioteca Nacional, a desejo de Braz do Amaral, que tece comentários a respeito dos documentos encontrados no Arquivo Público, as Ordens Régias, onde descobre-se informações bibliográficas básicas de Luís Vilhena.

Dos comentários que faz a Vilhena, refere-se a ele como “nosso historiador”<sup>67</sup> no prefácio. Apesar dos comentários positivos se manterem constante, em todas as notas, também criticou quando viu suas falhas, sendo sua maneira de como encarou a escrita da história. Suas notas oscilavam entre os argumentos confiáveis ou não. Ora cruzava informações admitindo possibilidades nas interpretações, ora trabalhava com o sentido de “prova” e discutia o assunto como o que tivesse falando fosse verdadeiro. Cada vez que avançava nos comentários às cartas referentes à Bahia, Braz do Amaral recorria a citação de documentos variados seja para comprovar o que Vilhena tinha afirmado, às vezes para se contrapor e mostrar seus erros.<sup>68</sup>

Por exemplo, quando Vilhena expõe cronologicamente os governos da capitania da Bahia, desde 1549, Braz do Amaral apontou sua perda de “imparcialidade” e do “juízo crítico” que mantinha nas cartas anteriores:

“Falando dos governadores que tem regido o Estado, desvia-se um tanto o nosso professor de grego daquela imparcialidade e juízo crítico que tão serenamente vinha mantendo nas epístolas anteriores, sem que entretanto deixe de nos informar sôbre muitas cousas interessantes”.<sup>69</sup>

<sup>66</sup> Idem, p. 5.

<sup>67</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 11.

<sup>68</sup> NETA, A. S. A. Op. Cit., p. 6.

<sup>69</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 429.

Entretanto, apesar dessa compreensão de Vilhena, Braz do Amaral reconheceu o contexto que o impediu de ser mais crítico em relação a estes governadores.<sup>70</sup>

Em cartas anteriores, Braz do Amaral, ao elogiar a imparcialidade de Vilhena, chegou a compará-lo ao “artista” que tinha a capacidade de pintar uma pessoa, sem que ela soubesse que está servindo de “modelo”.<sup>71</sup> A preocupação como deveria ser o ofício do historiador foi uma constante nos seus comentários. Vejamos: [...] não há dúvidas que sentiu (Luís Vilhena), e que estudou os males do seu tempo, descobriu-os sem paixão, e comoveu-se com eles, mostrando possuir aquelas qualidades eminentes do historiador que descreve com imparcialidade, que discerne com superioridade de vistas o bem do mal e domina pelo espírito os preconceitos do seu tempo.<sup>72</sup>

Braz do Amaral, no entanto, viola esse princípio quando tece comentários laudatórios (adjetivados) ao próprio Vilhena, ao ressaltar os feitos dos governadores citados nas cartas, ao defender um ou outro tema abordado pelo autor que comenta, mostrando que o historiador não escapa ao tempo e às suas contradições.<sup>73</sup>

Transcreveu longos trechos de documentos, como cartas, regimentos, certidões, ofícios em geral, localizados tanto no Arquivo Público da Bahia e na Biblioteca Nacional, além do Arquivo da Matinha e Ultramar de Lisboa. Porém, diante de informações muitas vezes contraditórias, Braz advertia o leitor sobre às dificuldades de se escrever determinados temas. Adversidade que, para ele, poderia ser superada com “repetidas e ulteriores pesquisas”.<sup>74</sup>

José Honório Rodrigues acrescenta mais informações, atestando que os dois primeiros editores, Brás do Amaral e Edison Carneiro não consultaram o *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil*, nos quais mostram documentos inéditos sobre a trajetória final da carreira de Vilhena como professor régio, encontrados no Arquivo da Marinha e do Ultramar de Lisboa, que constituem contrapartida aos documentos encontrados por Brás do Amaral no Arquivo Público da Bahia e incluídos no prefácio da primeira edição das *Notícias Soteropolitanas e Brasília*.<sup>75</sup>

---

<sup>70</sup> NETA, A. S. A. Op. Cit., p. 7.

<sup>71</sup> Idem, p. 7.

<sup>72</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 145.

<sup>73</sup> NETA, A. S. A. Op. Cit., p. 7.

<sup>74</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 535.

<sup>75</sup> RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. v. 21. p. 504 - 505.



Foram encontrados o requerimento de Vilhena, pedindo um ano de licença para tratar de saúde em Portugal, o atestado médico declarando que Vilhena sofria de certas doenças e precisava regressar ao reino para se tratar e o despacho do Conselho Ultramarino, concedendo o ano de licença solicitado pelo professor de grego. Outro documento atestava “ilustração e o bom comportamento” foi concedido pelo reverendo Francisco Marinho de Sampaio, juntamente com o aproveitamento de seus discípulos. O ofício enviado do governador D. Fernando José de Portugal ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho do requerimento de Vilhena pedindo prorrogação da licença para a regência de sua cadeira por mais seis anos; o inventário do governador para o ministro informando a nau que Vilhena partiu para Lisboa. Depois temos o ofício da jubilação requerida por Vilhena.<sup>76</sup>

José Honório comenta que o manuscrito foi oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por Antônio Gonçalves Dias entre setembro de 1847 e dezembro de 1852. Em 1881, houve a Exposição de História do Brasil, onde duas cópias foram registradas pela colecionadora D. Antônia R. de Carvalho e pelo Instituto Histórico, onde Honório acha que foi o oferecido por Antônio Gonçalves Dias. Segundo ele, “ao que parece”, nenhum desses dois manuscritos serviu para a edição de Brás do Amaral, certamente o exemplar de José Carlos Rodrigues.<sup>77</sup>, assim como afirmou Emanuel Araújo.<sup>78</sup>

### **José da Silva Lisboa**

José da Silva Lisboa nasceu em Salvador, em 16 de julho de 1756, filho de Henrique da Silva Lisboa, arquiteto. É preciso considerar, no entanto, que “architecto” no mundo do século XVIII é um parente distante de “arquiteto” contemporâneo de formação universitária, que se dedica a um trabalho intelectual. E também filho de Helena Nunes de Jesus, nascida na Bahia. Entrou aos oito anos de idade para a gramática latina, estudando depois Filosofia Racional e Moral no convento dos frades carmelitas, tendo aprendido música e tocar piano. Aos dezoito anos de idade, José da Silva Lisboa estava em Coimbra, onde permaneceu até os 23 anos de idade, para frequentar cursos

---

<sup>76</sup> Idem, p. 504.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 505.

<sup>78</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 35.

“jurídicos e filosóficos”. Decorridos quatro anos, em 1778, após submeter-se a concurso, passou a substituto interino de grego e hebraico. Um ano depois, em 1779, com apenas 23 anos de idade, concluiu o curso de Direito Canônico e Filosófico. Pretendendo tornar-se magistrado, transfere-se à Lisboa. Todavia não logrou concretizar este objetivo, pois não encontrou trabalho em Portugal. Voltou à Bahia e foi recompensado com a nomeação para a cátedra de Filosofia Racional e Moral na cidade de Salvador, fundando ainda uma de grego.<sup>79</sup>

Segundo Paim, o magistério de Silva Lisboa deveria corresponder às “Aulas Régias”, providência adotada pela Coroa Portuguesa para substituir a ação pedagógica dos Jesuítas, após a extinção da Ordem.<sup>80</sup> Depois de ter trabalhado como professor, durante quase vinte anos, foi jubilado em 1797, a seu próprio pedido.<sup>81</sup> Teria “(...) feito uma viagem a Lisboa, a fim de jubilar-se como professor, mas de que resulta um emprego oficial e a publicação, no ano seguinte, de sua primeira obra.”<sup>82</sup>

Nesse ano de 1797, recebeu da Coroa o cargo de Deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia. Assim, de 1797 a 1808, Silva Lisboa foi funcionário de um órgão encarregado de fiscalizar e promover a agricultura e o comércio de Salvador. Órgão que cuidava de implantar decisões governamentais relativas à atividade econômica, mas também funcionava como instrumento de representação dos grandes comerciantes da Bahia, cuja principal atividade econômica era o tráfico de escravos. Torna-se conhecido e muito realizou em prol do comércio e da agricultura. Escreveu trabalhos importantes, tornando-se notório pela qualidade dos seus estudos. Direito Mercantil foi publicado em 1798. Até os 50 anos de idade, José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, era conhecido apenas em Salvador, sua terra natal.<sup>83</sup>

Dois acontecimentos ocorridos no intervalo de tempo que se estende dos anos finais das atividades docentes aos iniciais da deputação (nomeado deputado) deram uma outra direção à sua carreira. Em primeiro lugar, provavelmente por volta de 1795, ele teve acesso à tradução para o português, feita pelo dicionarista Antônio de Moraes e Silva, do mais conhecido livro de Adam Smith – *Uma investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, publicado,

<sup>79</sup> ROCHA, Antonio Penalves. **José da Silva Lisboa, visconde de Cairu**. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 10 - 12.

<sup>80</sup> PAIM, Antônio. **Cairu e o liberalismo econômico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. p. 26

<sup>81</sup> ROCHA, Antonio Penalves. Op. Cit., p. 12.

<sup>82</sup> PAIM, A. Op. Cit., p. 26.

<sup>83</sup> ROCHA, Antonio Penalves. Op. Cit., p. 12, 13.

originalmente, em 1776, na Inglaterra. A leitura de Adam Smith despertou nele um vivo entusiasmo pelo liberalismo econômico, ao qual aderiu tão irrestritamente que se tornou o seu mais conhecido propagandista Brasileiro do século XIX. Aliás, essa adesão teve um rápido desdobramento: em 1804, foram lançados, em Portugal, os seus *Princípios de Economia Política*, o primeiro livro em língua portuguesa que veiculou princípios da Economia Política Clássica. Além disso, em segundo lugar, redigiu um livro, o *Direito Mercantil e leis da marinha*, cujos dos primeiros tomos foram publicados em Lisboa, em 1798, e reeditados em 1801, em sete tomos.<sup>84</sup>

Com a vinda da Família Real para o Brasil, certas circunstâncias favoreceram o pleno desenvolvimento das suas facetas liberais, encontrando terreno para melhor divulgá-las. Durante a estada da Corte na Bahia, Silva Lisboa teria reencontrado d. Fernando José de Portugal, futuro Marquês de Aguiar, seu amigo que se tornara ministro, onde o persuade que a prosperidade do Império português exigia a instauração do livre comércio no Brasil. D. Fernando, por sua vez, teria apresentado a ideia ao Príncipe Regente, que a acatou e pôs em prática pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, abrindo os portos Brasileiros “as nações amigas”<sup>85</sup>.

Essa versão do acontecimento foi relatada por Bento da Silva Lisboa, seu filho e 2º barão de Cairu. Tanto as biografias posteriores de Silva Lisboa quanto os historiadores que examinaram a Abertura dos Portos, deram-lhe o papel de idealizador dessa medida. Além do mais, outros testemunhos comprovaram essa mesma versão: Tomás Antônio Vila Portugal, ministro e homem forte da regência de d. João, escreveu que “d. Fernando foi capacitado por José da Silva Lisboa [...] para fazer assinar por El Rey o Decreto para abrir todos os portos do Brasil ao comércio das nações estrangeiras.” O próprio Silva Lisboa aludiu à sua participação no episódio, ao afirmar, no Prólogo das *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil*, que havia “participado da honra de concorrer para a dita resolução soberana [Abertura dos Portos], sendo ouvido na qualidade oficial do meu emprego.”<sup>86</sup>

Se Lisboa esteve de algum modo envolvido na primeira medida oficial da Corte portuguesa no Brasil, a segunda medida do governo joanino dizia respeito única e exclusivamente à sua pessoa. Em 23 de fevereiro de 1808, menos de um mês depois da Abertura dos Portos, foi promulgado um Decreto pelo Príncipe Regente instituindo “aula de Economia Política” no Rio de Janeiro e

---

<sup>84</sup> Idem, p. 12.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 12 – 14.

<sup>86</sup> Idem, p. 14.

nomeado José da Silva Lisboa seu professor. Segundo os termos do Decreto, a ciência era necessária às circunstâncias do Brasil. Assim, vê-se que a Coroa apelou à Economia Política para fins de governabilidade do Estado português recém-instalado no Brasil. A chegada de D. João VI ao Brasil mudou completamente a vida de Lisboa. Transformado em importante funcionário real, sua maior função foi a de justificar as políticas seguidas pelo monarca.<sup>87</sup>

Em 23 de Fevereiro de 1808, Silva Lisboa, ainda Deputado e secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia, é nomeado regente de uma Cadeira e Aula Pública de Ciência Econômica no Rio de Janeiro. Para assumir a sua cátedra, José da Silva Lisboa mudou-se de Salvador para o Rio de Janeiro. Mas a “aula” de Economia nem sequer chegou a ser inaugurada, ficando, portanto, apenas nas letras de lei. Logo após estabelecer residência no Rio, foi nomeado desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, que lhe dava a função de Censor Régio. Em agosto de 1808, Deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, e, em outubro, desembargador da relação da Bahia. De todos esses cargos, o que mais o interessava era o de Censor Régio, que acumulou com o de membro da primeira Junta Administrativa da Impressão Régia, instituição criada por decreto de maio de 1808 para publicação dos documentos do Governo de “todas e quaisquer obras”.<sup>88</sup>

Até a implantação da Impressão Régia, eram proibidas as publicações tipográficas no Brasil, o que vale dizer que aqui só houve edição de livros quando, a partir de 1808, esse órgão do governo iniciou suas atividades. Embora não tivesse lecionando Economia Política, Silva Lisboa levou essa matéria para dentro da tipografia oficial. Tanto é assim que o primeiro livro publicado pela Impressão Régia foi o primeiro livro publicado no Brasil, sendo de economia, escrito por Silva Lisboa, *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, que saiu em dois volumes, 1808 e 1809.<sup>89</sup>

Em agosto de 1809, é nomeado Desembargador da Relação da Bahia com exercício na Real Junta de Comércio, criada no Rio de Janeiro. E, em nove de outubro do mesmo ano, deputado da Real Junta de Comércio. A Junta de Comércio fora instituída por decreto de 30 de setembro de 1755, com sede em Lisboa, tendo como atribuições, nomeadamente, a fiscalização do comércio, organização das frotas, intervenção nas falências, lotação dos navios, estabelecimento dos preços dos fretes, fiscalização de certos artigos nas alfândegas, direção das cargas e descargas de navios e

---

<sup>87</sup> Ibidem, p. 14 – 15.

<sup>88</sup> Idem, p. 16.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 17.

outras. Também interferia na indústria, na repressão ao contrabando, na concessão de licenças para estabelecimentos comerciais em Lisboa e no Porto, nos seguros e noutras atividades.<sup>90</sup>

Ainda em 1809, a monarquia encarregou Silva Lisboa de redigir um código de Comércio, cujo esboço apresentou em pouco tempo. Nos anos seguintes, entre 1810 e 1815, teve intensa atividade como publicista, sendo que dez livros de sua autoria foram editados pela Impressão Régia. Os assuntos tratados eram variados, como questões do vice-reinado do Prata, seguros, legislações de d. João e princípios liberais, indústria no Brasil, comércio inglês, extratos da obra de E. Burke que ele mesmo traduziu e comentou, monopólios dos vinhos do Porto, bancos, riqueza nacional etc.<sup>91</sup>

Dedicou-se à redação de uma história da Corte no Brasil, atendendo a uma encomenda da Coroa, a *Memória dos benefícios políticos do Governo de el-rey nosso senhor d. João VI*, em 1818; tornando-se o historiador oficial do período joanino no Brasil. Alguns anos depois, d. Pedro I, repetindo a solicitação de seu pai, deu-lhe também a incumbência de escrever a história do Primeiro Reinado, registrada na incompleta *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, de 1826.<sup>92</sup>

Em 1820, após os acontecimentos ocorridos em Portugal, que levaram o país a rumar para um regime constitucional, é nomeado deputado da Junta das Cortes, um órgão que reunia representantes dos diversos territórios portugueses para discutir as leis constitucionais. A partir de 1821, tornou-se Inspetor Geral dos estabelecimentos literários, o que lhe deu a incumbência de censurar todas as obras que seriam publicadas no Brasil.<sup>93</sup>

Ao mesmo tempo, manteve suas atividades como publicista. Durante o debate nas cortes sobre a permanência de d. João VI e do príncipe d. Pedro no Brasil, Silva Lisboa publicou uma série de pasquins, como o *Conciliador do Reino Unido* e o *Bem da Ordem*, que defendiam a manutenção do Reino Unido. Em 1823 foi deputado constituinte, sempre empenhado na defesa política do Imperador, publica periódicos a favor de suas medidas políticas.<sup>94</sup>

Todos esses serviços prestados à monarquia renderam-lhe, em outubro de 1825, o título de Barão de Cairu, elevado, um ano depois para Visconde de Cairu. Em 1826, o Imperador torna-o

<sup>90</sup> COSTA, João Paulo Marques Sabido. **O Visconde de Cairu e o Brasil**. Salvador: EDUNEB, 2010. p. 23.

<sup>91</sup> ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 17.

<sup>92</sup> Idem, p. 19.

<sup>93</sup> COSTA, J. P. M. S. Op. Cit., p. 23 - 24.

<sup>94</sup> ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 19.

senador, posição que continua a ocupar mesmo após a abdicação de D. Pedro I e do seu consequente afastamento da vida política Brasileira.<sup>95</sup>

Teve muitos inimigos políticos do seu tempo, como os Andradas, Evaristo da Veiga, Cipriano Barata e Diogo Antônio Feijó. Em 1831, durante a noite das garrafadas, teve a casa apedrejada e a vida ameaçada. A partir da Abdicação de d. Pedro, uma conjugação de fatores tirou Cairu do centro da vida política: além dos seus 75 anos de idade, da ascensão dos seus desafetos ao governo, não pôde mais contar com a escora da Monarquia, embora continuasse ocupando uma cadeira no Senado.<sup>96</sup>

A vida e a obra de Cairu, depois da vinda da Família Real para o Brasil, estiveram ligadas com o Estado, o que explica a velocidade de sua ascensão social. Levando em conta os serviços prestados por Silva Lisboa, compreende-se por que um homem proveniente de uma família modesta da Bahia, que até 1808 recebia vencimentos como professor jubilado e era funcionário da Coroa, tornou-se, em menos de vinte anos depois, visconde e senador do Império.<sup>97</sup>

Sua obra legitimou as decisões dos monarcas aos quais serviu. No seu conjunto ela é formada por setenta e sete escritos entre artigos, panfletos, jornais de vida e livros. Entre as instituições científicas com as quais se correspondeu e que o acolheram durante a vida, podemos citar a Sociedade de Agricultura de Munique, o Instituto Histórico de França e o Instituto Real para a Propagação das Ciências Naturais de Nápoles. Morreu em 20 de agosto de 1835.<sup>98</sup>

Contudo, não há dúvida de que a figura de Cairu foi sempre sendo objeto de interpretações diversas que, por vezes, procuravam analisá-lo, não de um ponto de vista unicamente histórico, mas por perspectivas que o inseriram em teses e argumentos de avaliação mais política e econômica do que positiva, intermediária ou negativa houvera nos primórdios da nação Brasileira.<sup>99</sup>

Desse modo, a avaliação de Cairu pela opinião pública não foi sempre unânime, não no que respeita ao seu valor, mas sobre o seu valor em prol do Brasil, o que, paradoxalmente, veio a prejudicar o aprofundamento do conhecimento objetivo da sua figura.<sup>100</sup> Diz, assim, Rocha (2001), que (muitas vezes), aqueles que escreveram sobre Lisboa, adequaram a figura de um homem que

<sup>95</sup> COSTA, J. P. M. S. Op. Cit., p. 24.

<sup>96</sup> ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 19 - 20.

<sup>97</sup> Idem, p. 20.

<sup>98</sup> COSTA, J. P. M. S. Op. Cit., p. 24.

<sup>99</sup> Idem, p. 75.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 75.

viveu entre os fins do século XVIII e início do XIX às posições que eles próprios ocupavam no conflito (nos vários âmbitos, político, ideológico, por exemplo, etc.).<sup>101</sup>

Podemos dizer que Cairu foi, sem dúvida, um grande pensador e defensor da política no Brasil. Admirador e defensor das ideias de Adam Smith e de outros pensadores economistas da época, ele encontrou a oportunidade de ouro para pô-las em prática quando o acaso das Guerras Napoleônicas determinou a vinda da Corte para o Brasil. Nessa conjuntura, Cairu usou as suas teorias no campo econômico como instrumento do progresso Brasileiro, compreendendo que só um soberano com a força, o poder e os meios de D. João seria suscetível de implementá-las, para o desenvolvimento do Brasil. Quando a ruptura entre Portugal e Brasil estava eminente, optou pelo Brasil, sua pátria de nascimento.<sup>102</sup>

Sua obra e sua atuação política estiveram enredadas num contexto histórico, principalmente durante o período joanino no Brasil (1808-1821), no qual ele se destacou em consequência da existência de incipientes quadros político-administrativos propriamente brasileiros. No Primeiro Reinado e no início da Regência, com o desenvolvimento desses quadros, Silva Lisboa foi relegado a uma posição secundária, muito embora continuasse atuando como publicista e político até o fim da sua vida, em 1835.<sup>103</sup>

Todas essas circunstâncias não conseguiram, contudo, apagar o seu nome da memória de Brasileiros e portugueses, devendo de novo o seu valor ser realçado e colocado no local que lhe é efetivamente devido, na História dos feitos e pensamentos político-econômico coloniais.<sup>104</sup> Antônio Paim acrescentará ainda, em 1968, que as ideias econômicas de Silva Lisboa realizaram a “incorporação da elite luso-Brasileira ao movimento de ideias batizado genericamente de pensamento moderno.”<sup>105</sup>

---

<sup>101</sup> ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 34.

<sup>102</sup> COSTA, J. P. M. S. Op. Cit., p. 76.

<sup>103</sup> ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 10.

<sup>104</sup> COSTA, J. P. M. S. Op. Cit., p. 77.

<sup>105</sup> PAIM, A. Op. p. Cit., p. 19.

### 3. LUÍS DOS SANTOS VILHENA: SÍNTESE DO PENSAMENTO REFORMISTA

No contexto das reformas pombalinas, com vistas ao desenvolvimento econômico do império português como um todo, abordaremos as principais ideias político-econômicas de Luís dos Santos Vilhena, objetivando o desenvolvimento agrícola baiano e colonial. Segundo Araújo, “nada impedia ao português Luís dos Santos Vilhena falar em nossa Corte ou nossa colônia: o Brasil só valia o que valia para o benefício da metrópole.”<sup>106</sup> Ou seja, numa associação entre o mercantilismo e o fisiocratismo. A fisiocracia é perceptível pela importância que os governos ilustrados emprestam a agricultura, tentando incrementá-la e favorecê-la através da racionalização do sistema fiscal.<sup>107</sup>

Incentivado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, conselheiro de Estado do príncipe regente, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Real Erário, além de presidente da Biblioteca Pública, Luís Vilhena escreveu primeiro vinte cartas, ofereceu-as ao príncipe regente, futuro D. João VI, e às quatro últimas foram dedicadas ao ministro, onde a 21ª se perdeu, posteriormente encontrada e publicada por Braz do Amaral. Começa a escrever no mesmo ano em que se deu a repressão à conspiração na Bahia (1798), um longo e exaustivo trabalho de descrição da colônia americana em forma de cartas endereçadas a dois amigos, Filopono (Príncipe Regente D. João VI) e Patrício (D. Rodrigo de Souza Coutinho). Sua postura, como esclarece na longa dedicatória ao príncipe regente, D. João, era de um “vassalo não menos sincero, e humilde que aquele rústico persa”, arguto observador encarregado de fazer um relatório minucioso: “os costumes pois, usos e abusos, índole dos naturais, e habitantes, comércio, e gêneros dêle, eu o observei; da mesma forma que presenciei, e inquiri o mais essencial da economia urbana, e rústica.”<sup>108</sup> Dos motivos que o fizeram escrever, Vilhena comenta:

Não foi igualmente, Senhor, a avareza de ter a que me instigou a procurar estas notícias, e expô-las neste estilo; mas sim a satisfação do espírito e desafeição ao ócio. Havendo pois esgotado os meios de poder conseguir mais; pus termo à minha curiosidade a tempo que me recordei do que Sêneca diz no Livro I de Ira – *Homo in adjutorium mutuum natus est* – e na Carta 45 repete que – É inútil para si o homem que não vive para outrem – *Non continuo sibi vivit qui nemini* – e apesar de não falar comigo aquele sábio, pois que tenho por trinta e

<sup>106</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 11.

<sup>107</sup> Idem. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986. p. 24.

<sup>108</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 19.



três anos vivido, não tenho para mim, quanto para a Pátria, segundo as minhas fôrças, me ocorreu, que ainda esta minha curiosidade poderia ter algum préstimo para utilidade da nação.

A tempo, porém que hesitava no modo por que honestamente o faria, me ocorreu que acertava ofertando-a a V. Alteza Real, como o chefe da Nação toda, como o Pai da Pátria, como a Fonte donde emanam todos os benefícios de que esta goza.<sup>109</sup>

Como servidor público, ele tem uma visão específica da realidade, não sendo de admirar que Carlos Guilherme Mota considere que “Vilhena observa o problema apenas do ângulo administrativo”<sup>110</sup>; se o faz é porque efetivamente é uma peça da administração colonial portuguesa. Situação que vai traçar limites ao seu pensamento: embora aponte as contradições do sistema colonial, não pode levá-las a suas últimas consequências, pois isso implicaria a ruptura do pacto colonial.<sup>111</sup>

Ao todo, escreveu 24 cartas, sendo que 16 se referem à Bahia e sua capital, enquanto sete descrevem as demais capitanias, na última, entretanto, intentou realizar uma síntese de tudo aquilo que observara, com intenção política, sugestionando e descrevendo soluções econômicas, foco de nossa análise. Seu pensamento aí se acha por inteiro, como uma espécie de programa de uma nova política colonialista.<sup>112</sup> A 24ª e última carta, com efeito, começa com uma frase que bem sumaria sua proposta: “População, agricultura e comércio são as colunas mais sólidas e a base mais estável das colônias que conservamos na América, compreendidas no Principado do Brasil”.<sup>113</sup>

Seu pensamento político emerge do diagnóstico sobre os problemas Brasileiros. As reformas abrangem os aspectos mais diversos da realidade colonial. Basicamente, é um reformador iluminista da vertente portuguesa, mas revela traços do pensamento tradicional lusitano: como na Lei Agrária, inspirada no pensamento medieval, trata de adequar uma série de conceitos filosóficos e de doutrinas econômicas à realidade Brasileira. Não está satisfeito com o Brasil, nem com o colonialismo português. As sugestões sempre subordinam o interesse da colônia ao da metrópole. Em última análise, quer saber por que a colônia não corresponde satisfatoriamente ao papel que lhe era destinado.<sup>114</sup>

---

<sup>109</sup> Idem, p. 18.

<sup>110</sup> MOTA, C. G. Op. Cit., p. 93.

<sup>111</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 53.

<sup>112</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 11.

<sup>113</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 899.

<sup>114</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 26 – 54.

Antes da análise de sua Lei Agrária, torna-se necessário estudar o seu conceito de propriedade, aspecto que se identifica com as ideias iluministas. A *Encyclopédie* diz: “Todo proprietário está interessado no bem do Estado” que coincide com a posição de Vilhena, que afirma que o cidadão é gerado pela propriedade. Quer fortalecer o Império português, tornando o Brasil uma colônia próspera e forte para o Rei. Mas na medida que propõe a Lei Agrária, tornando proprietários um maior número de Brasileiros, ele está propondo medidas para tornar os Brasileiros cidadãos.<sup>115</sup>

Para que o Brasil se torne uma colônia desenvolvida, é necessário que seja povoado. Vilhena achava que o Brasil teria capacidade para “dezasseis até vinte milhões de habitantes”<sup>116</sup>, contra três milhões em Portugal.<sup>117</sup> Após fazer um balanço das terras conhecidas e as que tem por explorar na colônia, observa que uma área tão fértil e vasta é habitada por “diminuto número de colonos, a maior parte pobres, muitos deles esfaimados”, lamentando que seja toda ela “a morada da pobreza, o berço da preguiça e o teatro dos vícios”.<sup>118</sup>

Mas para aumentar a população, tem-se que produzir alimentos suficientes, o que não ocorre na colônia, pois a economia está voltada para exportação, apesar da insistência da Coroa, que se produzissem gêneros de subsistência. Mas os colonos preferem produzir exclusivamente para exportar, o que gerava a falta e a carestia dos alimentos.

A grande propriedade, nas mãos de poucos, era o que gerava a pobreza generalizada, pois ela não era repartida. Vilhena sabe que essas imensas áreas foram concedidas a seus proprietários com a condição de serem povoadas, porém seus donos, ao longo dos séculos, não puderam ou não quiseram fazê-los e, ao continuarem proprietários, impedem que outros o façam.<sup>119</sup>

Cabe averiguar a antiga legislação portuguesa sobre terras para verificar até que ponto Vilhena teria se inspirado nela. A regulamentação da propriedade imobiliária no Brasil colonial proveio diretamente de legislações medievais antigas sobre distribuição de sesmarias. D. Fernando, no século XIV, preocupado com a escassez de alimentos em Portugal, reuniu as cortes e determinou que as terras “incultas” ou “maninhos”, ou seja, terras vazias, improdutivas, fossem distribuídas as quem as lavrasse, ou seja, o Rei pode obrigar os vadios e mendigos desocupados a irem trabalhar no

---

<sup>115</sup> Idem, p. 54 - 55.

<sup>116</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 909.

<sup>117</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 12.

<sup>118</sup> Idem, p. 914.

<sup>119</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 55.

campo. Mais tarde, conservando esse mesmo espírito, a lei é incorporada às Ordenações de D. Manuel e de D. Felipe que regulamentarem essas determinações às concessões de sesmarias.

Com a descoberta do Brasil, perpetuou-se essas determinações. Entretanto, a extensão quase ilimitada do território, permite que a lei não seja aplicada com o rigor necessário para garantir a finalidade para a qual tinha sido criada; abandona-se o critério de não doar grandes extensões e exige-se que o sesmeiro tenha bens próprios, que lhe permitiram se defender dos índios e estabelecer um engenho de açúcar.<sup>120</sup>

Então, a equação de Vilhena é simples: a propriedade privada (em particular a da terra) gera abundância a seus donos, enquanto a sua falta origina pobreza aos que não tem. Como a concentração fundiária na colônia Brasileira era bastante acentuada, o número de habitantes sem acesso a riquezas, que prioritariamente advinha da ocupação da terra, formava a maioria da população, que sem estímulo para reproduzir-se, lançavam-se a vadiagem, a criminalidade e, em último caso, a contestação política.<sup>121</sup>

A propriedade tem um sentido agrícola, era a que terra as gerava riquezas, que mesmo com a lenta transformação em curso, que vai gradativamente atribuir mais peso às cidades no decorrer do século XIX, mesmo assim a terra continuará sendo a base da riqueza. Sem ela não funciona o comércio. A propriedade também é um instrumento que Vilhena encontra para estabilizar uma sociedade. Pelo fato de residir no Brasil, sentia que a rígida estratificação colonial, configurada no binômio senhor/escravo, começava a ser ameaçada pelo grande número de “vadios” da cidade e do campo que ameaçavam, com sua simples existência, a ordem estabelecida havia quase três séculos.<sup>122</sup>

Vilhena temia isso e como “quem gera o cidadão é a propriedade”<sup>123</sup>, na lógica de Vilhena, distribuir propriedade seria um modo transformar essa massa desocupada em pequenos proprietários rurais.<sup>124</sup> A pequena propriedade dispensa, em larga medida, o regime de trabalho escravo. Para Mota, é aí que começa o radicalismo controlado pelo colonizador ilustrado<sup>125</sup>, onde

<sup>120</sup> Idem, p. 58 - 59.

<sup>121</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 17 - 18.

<sup>122</sup> Idem, p. 26.

<sup>123</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 919.

<sup>124</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 56.

<sup>125</sup> MOTA, C. G. Op. Cit., p. 96.

Vilhena sugere a repartição de terras para os desempregados urbanos e rurais, com a intenção de reformar o sistema social de distribuição fundiária, mexendo na estrutura social.

Vilhena é contra às grandes propriedades e, através de uma análise da situação, propõe como solução a necessidade de redistribuir a terra, uma *Lei Agrária*, já que a ociosidade e a miséria generalizadas se originavam na concentração fundiária, explica que para resolver a situação “o meio primário que me ocorre, poderia ser uma lei agrária com limitação de tempo, a julgar-se que assim era conveniente, e em observância desta, poderiam dividir-se as terras pelas famílias”<sup>126</sup>.

É de Vilhena a análise mais profunda da realidade econômica e, sobretudo, social do seu tempo, observando que dentro dos limites da sua postura e visão de colonizador, há um homem lúcido e atento às relações sociais engendradas a partir da propriedade<sup>127</sup>, atento às diferenças sociais, que para ele tem uma consideração política, já que, através de uma legislação agrária adequada, pretende tornar a Coroa portuguesa um império rico e poderoso.<sup>128</sup> Também atribui a propriedade como base da nacionalidade, bem como interferindo nas relações de homem a homem.<sup>129</sup>

Ao perguntar porque o Brasil, país imenso e fértil, tem uma população pequena e paupérrima, ele questionava, mesmo que moderadamente, os fundamentos do sistema colonial. Podemos obter, nas suas Recopilações, uma visão nítida dos grupos e processos sociais em curso, dos perigos da opressão, das quebras de disciplina e da má aplicação das leis, assim como dos antagonismos entre militares e povo.

Principalmente, seu temor era uma revolta de escravos, sendo um reformador, nunca revolucionário. Para Mota, ele sugere medidas em consonância com as grandes ideias de vanguarda de seu tempo, que, em muitos casos, se configuram “medidas liberais”. Como “colonizador esclarecido”, não encontramos comportamento radicalmente crítico em relação ao poder central. Na verdade, muito despotismo e pouca ilustração caracterizavam o Brasil no final do século XVIII. Sua obra compõe-se de referências a desordens de toda espécie, opressões aos desfavorecidos,

---

<sup>126</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 922.

<sup>127</sup> MOTA, C. G. Op. Cit., p. 94

<sup>128</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 56.

<sup>129</sup> MOTA, C. G. Op. Cit., p. 84

militarismo e pobreza. Preocupações com a pobreza popular que são dignas de nota e impressionam o leitor atento aos problemas sociais da colônia.<sup>130</sup>

O remédio para os desajustes sociais estava, para Vilhena, em favorecer o crescimento da população, mas a terra, mal distribuída como foi, não pode alimentar uma população maior, pois a monocultura de exportação de produtos primários, uma das características fundamentais do sistema colonial, fazia com que as melhores terras fossem reservadas exclusivamente para tais produtos. Uma observação importante, para Araújo, era que Vilhena só se preocupava com a pobreza do Brasil em razão da pobreza em que se encontrava a metrópole. Então, por meio da distribuição de terras para esvaziar os desempregados urbanos, ou “vadios”, e o itinerante do campo, urgia-se transformar o potencial explosivo dessa gente, transformando-os em mão de obra alternativa à escrava empregando-os na grande lavoura e inserindo-os rapidamente na produção ao convertê-los em pequenos proprietários rurais, esvaziando a forte tensão social em Salvador, e mesmo no Brasil.<sup>131</sup>

Ao contrário dos fisiocratas metropolitanos, preocupados em desenvolver culturas exportáveis, Vilhena considerava primordial organizar a pequena lavoura de alimentos no Brasil (mesmo que autoritariamente) mediante o emprego maciço dessa vasta mão de obra dispersa ou ociosa, que passariam a ocupar os imensos vazios das sesmarias improdutivas, resolvendo o problema da falta de povoamento do campo. O professor já percebia a importância da pequena lavoura trabalhada pelo agricultor livre, pois sua função seria dupla: empregar o ‘vadio’ urbano, eliminando possíveis tensões sociais que punham em risco a estabilidade do sistema colonial, que ele tanto temia, e alimentar a população das cidades, sempre carente de gêneros de primeira necessidade. Era muito importante para Vilhena povoar os vazios do interior.<sup>132</sup>

No entender do professor de grego, essas medidas resultariam em benefício para a metrópole, que passaria a contar com uma possessão abastada em condições de transferir considerável parte de sua riqueza para o Estado. Além disso, por meio do que chamou de Lei Agrária, corrigir-se-ia distorções de povoamento e distribuição fundiária, pois que as sesmarias improdutivas seriam repartidas em pequenos lotes, com isso essa nova classe de proprietários rurais transformar-se-iam em bons cidadãos interessados em prosperar, defender seus bens, deixar herança

---

<sup>130</sup> Idem, p. 84 – 87.

<sup>131</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 62.

<sup>132</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 18 - 27.

e proteger o Estado em benefício próprio. Estabilizado o regime e criada a riqueza, restaria incorporar esta última ao fluxo do comércio português, firmando-se assim a terceira coluna – o comércio – população e agricultura seriam as outras, de sustentação do colonialismo.<sup>133</sup>

Essas reformas agrícolas, de cunho social, pretendem transformar a estrutura fundiária brasileira, mas não foram adotadas pela Coroa, mantendo o sistema latifundiário escravocrata. Porém, patrocina e mesmo estimula reformas, visando redinamizar a economia colonial do comércio entre Brasil e Portugal, desde que não toquem no sistema de distribuição de terra. O governo português sabia de sua dependência em relação ao Brasil, temendo de que a reforma agrária afetasse o vínculo colonial.<sup>134</sup>

Sua Lei Agrária tem, como principais medidas, o confisco de terras improdutivas ou mal aproveitadas; a redistribuição dessas áreas em lotes menores, segundo um critério que proteja o interesse do Estado. A aplicação desta lei, segundo o professor, ficaria a cargo de um ministro “privativo, e zeloso do bem público (...)”.<sup>135</sup>

A Coroa deveria explorar os matos nativos para extração de madeira. Algumas concessões de terra poderiam ser mais extensas, para permitirem o pastoreio. O Estado deveria impedir a tentativa de plantar algum produto não adequado ao solo. As terras, assim distribuídas, constituirão propriedades indivisas e os herdeiros dos proprietários receberiam, quando se casarem, outros lotes> Quando o novo proprietário não dispuser de recursos para iniciar a exploração do lote que tiver recebido, o Estado ajudaria, entregando-lhe ferramentas e animais domésticos. Os lotes seriam distribuídos à população urbana desempregada, que seria forçada a se transferir para o campo. A imigração de europeus seria favorecida e o convívio social entre os agricultores estimulado com a criação de feiras e aldeias espalhadas por toda a colônia. Enfim, a população que viver no campo em situação irregular – sem trabalho, ou de atividades ilícitas – deveria ser sumariamente punida para aplicação, com êxito, desta lei.<sup>136</sup>

A lei de redistribuição fundiária seria acompanhada de “uma lei que vigorize, e amplie as mais que há, de polícia, será a que tenha fôrças para fazer evacuar das cidades os preguiçosos vadios, e povoar de agricultores as campanhas”. Em suas palavras, “Para a prática dessa lei deveram

---

<sup>133</sup> Idem, p. 27 - 28.

<sup>134</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 8 - 28.

<sup>135</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 923.

<sup>136</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 60 - 61.

com particular recomendação do Soberano ser incumbidos, não só os ministros criminais, como os mesmos governadores, aplicando cada um a sua jurisdição na parte que lhe conviesse.”<sup>137</sup>

No deslocamento compulsório de indivíduos e famílias, deveria preceder-se um rigoroso censo geral, onde “é certo que alguns haviam de escapar, não porém muitos.”<sup>138</sup> Todo esse trabalho visava a suprir de mão de mão-de-obra as áreas rurais. Portanto, “O senhor que na cidade tivesse v.g. vinte escravos, podendo servir-se com dez, seria, sem a menor exceção obrigado a mandar os outros dez, seria, sem a menor exceção obrigado a mandar os outros dez trabalhar no campo, logo que não mostrasse serem artífices que atualmente exerciam as suas artes.”<sup>139</sup>

No caso do novo lavrador não possuir recursos para desenvolver sua atividade, o Estado subsidiaria ferramentas básicas. A ênfase do professor de grego em aproveitar todos os braços ociosos para servir a Coroa era tanta que chegou a criticar o sistema militar de seu tempo. Para ele, além de oneroso,

“(…) acresce o de inabilitar tantos mil homens para todo o mais gênero da indústria, o tirar dos campos tantos agricultores, quantos poderiam estar empregados nas lavouras, o privar-se de tantos pais de famílias, de tantos viveiros da população, quantos são os que por falta de subsistência se condenam ao celibato, vendo-se o Estado na precisão de dar outros tantos cortes na propagação dos vassalos, quantos são os que destina à substituição dos muitos, que por mil princípios lhe diariamente faltando no todo do exército”<sup>140</sup>.

A eficácia dessas reformas administrativas, segundo Vilhena, ligar-se-ia diretamente à extinção da prostituição nas cidades, a uma política tributária moderada e prudente, ao saneamento nos empregos públicos, para que “haja menos empregados em muitos tribunais, onde se encontram três empregados, no que um só pudera bem fazer;”. A aplicação dos excedentes, então gerados no próprio reino, cortaria os “inumeráveis canos por onde os Estados se esgotam das riquezas, sem a mínima esperança de voltarem jamais dêles”<sup>141</sup>.

Ao abordar os problemas relativos ao comércio, Vilhena sintetiza: “De todos os estabelecimentos de Portugal é o Brasil, não só o mais rico, como o mais suscetível de melhoramento; o mais atendível, e interessante para o comércio, logo que seja povoado, e cultivado,

<sup>137</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 925.

<sup>138</sup> Idem, p. 926.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 926.

<sup>140</sup> Idem, p. 931 - 932.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 929.

quanto o pode ser, pois que então produziria infinitas mais riquezas, que as que envia para a Europa.”<sup>142</sup>.

Em consequência, estava convencido de que no Brasil o Estado devia urgentemente “animar a cultura, e comércio, vigorizar os colonos, protege-los, e dirigi-los para aquela cultura, que mais vantajosa fôr a metrópole, e fechar, pelos termos da mais refinada política as infinitas portas, por onde se introduz o ruinosíssimo contrabando”<sup>143</sup>.

Nesse sentido, preconizava a escolha de administradores coloniais competentes e íntegros; o combate ao contrabando; a absorção integral dos produtos brasileiros pela metrópole, a qual se incumbiria de reexportá-los, devidamente industrializados, para as demais praças europeias; a proibição de indústrias na colônia,<sup>144</sup> “pois que do contrário seria o seu comércio ruinoso para a metrópole, donde absorveriam toda a moeda pela exportação das suas produções”, concordando que “as ciências, e artes façam grandes progressos, e muito poucas das mecânicas tenham exercício.”<sup>145</sup>

Temos a crítica do professor a um aspecto importante do funcionamento decorrente da crise do sistema colonial português, o funcionamento da estrutura do seu comércio, sua balança comercial, que dava em déficits onerosos ao Estado<sup>146</sup>, visto que “tem Portugal recebido do estrangeiro muito mais importações, que expedido exportações, fazendo por isso um comércio pouco menos que passivo, e por essa causa, muito pouco, ou nada vantajoso aos seus interesses”<sup>147</sup>.

Vilhena recomenda uma série de providências para que atinja uma situação de equilíbrio na balança de pagamentos, inclusive substituindo importações, objeto muito valorizado pelos mercantilistas.<sup>148</sup> Sendo assim, a maior parte dos excedentes, produzidos na metrópole e – principalmente – os oriundos do Brasil, era escoada para alguns países europeus, que vendiam produtos (poucos e caros) a Portugal, que os reexportava novamente para o Brasil a preços absurdos.

Ele critica veementemente as tentativas de eliminação de toda a rede de regulamentações mercantilistas que seus contemporâneos propunham ou caracterizavam a Colônia. As limitações de

---

<sup>142</sup> Idem, p. 943.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 944.

<sup>144</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 28.

<sup>145</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 945.

<sup>146</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 28.

<sup>147</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 947.

<sup>148</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 22.



escolha da produção agrícola, industrial e ainda restrições ao comércio eram defendidas pelo professor com afinco. Montesquieu posiciona-se francamente a favor do colonialismo comercial,

“já que a finalidade do estabelecimento foi a extensão do comércio, e não a fundação de uma cidade ou de um novo império. As desvantagens da colônia de não poder negociar livremente são amplamente compensadas pela proteção da metrópole, que a defende pelas armas, ou a mantém pelas leis. Em relação ao comércio, para Vilhena, fica estipulado o lugar onde vender as mercadorias, os impostos a pagar, os caminhos por onde conduzir o gado, os intermediários e assim por diante. Portanto, total controle com tributações e regulações para atender aos interesses absolutistas do Estado português.”<sup>149</sup>

Nesse ponto, a opinião de Vilhena coincide perfeitamente com a de Montesquieu, para quem a liberdade comércio não é uma faculdade outorgada aos comerciantes para que estes façam o que bem entendam. Deve estar sempre condicionada a considerações de ordem moral, lembrado o exemplo da Inglaterra, onde existem inúmeros controles que “incomodam o comerciante, mas o fazem sempre em favor do comércio.” Segundo o professor, o colonialismo no Brasil se baseia no comércio em benefício de Portugal. Montesquieu já dizia: “O objeto do comércio é a exportação e a importação de mercadoria em benefício do Estado”.<sup>150</sup>

Suas medidas reformistas não se dissociam de profunda análise social e só pode ser entendida quando inserida em seu contexto: Vilhena a escreveu na época da Conjuração Baiana, também chamada de primeira revolução social Brasileira.<sup>151</sup> Ocorrida em Salvador, em princípios de 1798, traduz o clima inédito de tensão social vivido por Luís Vilhena. O ambiente colonial, aliás, provoca angústias no professor, dados os desmandos e tensões que atingem o seu “clímax” nas inconfidências, indícios seguros da crise que o sistema atravessa.<sup>152</sup> Também chamada de Conjuração dos Alfaiates, pela baixa origem social de alguns líderes, o movimento envolve – além de setores da elite baiana – operários, artesãos, negros libertos e soldados rasos, sendo que alguns de condição atuaram. A situação social em Salvador é conflituosa. Além de levantes de negros – que são uma constante na história colonial, sendo sempre abafados com muito rigor, há um grande número de desocupados.<sup>153</sup> Como mostra Afonso Ruy:

<sup>149</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 16 - 21.

<sup>150</sup> Idem, p. 22.

<sup>151</sup> RUY, Afonso. **A primeira revolução social Brasileira (1798)**. 2a ed. São Paulo, 1978. p. 1.

<sup>152</sup> MOTA, C. G. Op. Cit., p. 85.

<sup>153</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 62.

Num ambiente de descaso, de quase abandono como esse, fácil era a propagação das ideias que agitavam o panorama europeu e fragorosamente fizeram ruir o trono francês. Nesse meio propício à pregação de princípios liberais, de independência e igualdade de raças e direitos, difícil não foi ao povo contagiar-se do fervor e entusiasmo dos baianos que, vindos da Corte, não escondiam a sua adesão à República, já implantada na França e florescente nos Estados Unidos. O maior incentivo das teorias e práticas do movimento francês foi, sem dúvida, o silêncio, a inércia do Governo. As ideias desceram dos salões letrados para os engenhos onde enxameava uma infinidade de crias e libertos inteligentes e ledores, propagaram-se daí para a cidade, irradiaram-se nas oficinas e ganharam artesãos e escravos, insinuaram-se nos quartéis, atraíram oficiais e receberam o apoio dos soldados. D. Fernando o soube; também ele estava contagiado pela grandeza dos princípios democráticos com que simpatizava. Mas, na sua simplicidade de espírito, o Governador, avesso, por índole, às medidas enérgicas, deixou viver aqueles sonhos libertários, certo da inocuidade dos conventículos numa colônia inadaptada como o Brasil, sobremodo controlada pelo Reino, cuja justiça fizera pagar tão caro, numa cruel punição, os inconfidentes de Minas.<sup>154</sup>

As teorias liberais, que criticavam a forma de governo absolutista, tão discutidas durante o século XVIII, acabaram por ser postas em prática, abalando as monarquias europeias e, mesmo, derrubando-as definitivamente ao longo do período subsequente. O sistema colonial, peça importante do antigo regime, não foi poupado nesse processo.<sup>155</sup>

Assim, os princípios franceses, cuja influência no movimento baiano é inquestionável, dissuadiram-se em um terreno fértil. Os conjurados pleiteiam a liberdade de comércio, a “extinção dos privilégios de casta”, a fundação de uma Igreja Brasileira independente da Romana, entre outras propostas. Nos panfletos encontrados, as frases parecem diretamente traduzidas do francês e alguns termos revelam evidências de uma influência da maçonaria.<sup>156</sup>

Kátia Mattoso mostra o panfleto afixado em vários pontos da cidade de Salvador:

Aviso ao Povo Bahiense

O vos Homens Cidadaons, o vos Povos curvados e abandonados pelo Rei, pelos seus despotismo pelos seus ministros...

O vos Povo que nascestes para sereis livres e para gozares dos bons efeitos da Liberdade, o vos Povos que viveis flagelados com o pleno poder do Indigno coroado esse mesmo rei que vos creasteis; esse mesmo rei tirano e quem se firma no trono para vos veixar, para vos roubar e para vos maltratar.

Homens, o tempo he xegado para a vossa ressurreição; sim para ressuscitareis do abismo da escravidão para levantareis a sagrada bandeira da Liberdade.

A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a Liberdade e o repouso e bem aventuraça do mundo.

<sup>154</sup> RUY, Afonso. Op. Cit., p. 35.

<sup>155</sup> ALGRANTI, Leila, Mezan. **D. João VI: Os Bastidores da Independência**. São Paulo: Ática, 1987. p. 11.

<sup>156</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 63.

A França está cada vez mais exaltada, a Alemanha já lhe dobrou o juelho, Castela so aspira a sua aliança, Roma já vive aneixa, o Pontífice já está abandonado, e destronado, o rei d Prucia está prezo pelo seu próprio povo; as nascoens do mundo todas tem seus olhos fixos na França, a liberdade é agradável para todos: Le tempo pôvo, pôvo o tempo lhe chegado para vos defendereis a vossa liberdade; o dia da nossa felicidade está para xegar, animai-vos que sereis feliz para sempre.<sup>157</sup>

No fim do século XVIII, os intelectuais baianos liam muito os franceses e eram admiradores da revolução de 1789, na França. Em Salvador aportavam estrangeiros de todo o mundo, trazendo ideias novas e libertárias. Enquanto a elite debate ideias, fundando uma sociedade secreta para divulgar suas opiniões, pessoas “menos gradas”<sup>158</sup> discutem nas boticas e botecos, nas alfaiatarias e mercearias, maneiras de aplicar tal ideário para derrubar as estruturas do colonialismo: são os alfaiates. Os dois grupos entram em contato e mesmo entre os intelectuais alguns são realmente revolucionários, como Cipriano Barata e Aguilar Pantoja, que inclusive convence os soldados a aderirem a revolução.

A conjuração quando “levada às ruas” toma força e uma direção nitidamente popular – pela primeira vez há uma proposta de mudança real e concreta na sociedade brasileira. O que se prenunciava, o povo usado pelas elites brancas para atingir seus fins, toma outra forma. As coisas ficam sérias: o povo está politizado e os líderes alfaiates sabem o que fazer. Nesse momento, os intelectuais brancos tremem e recuam. A liderança do movimento passa aos “alfaiates” (havia um grande número deles envolvidos, daí o nome conjuração), além de pequenos artesãos, soldados etc. Portanto, quando essa intelectualidade que detinha o poder econômico viu que o liberalismo podia voltar-se contra eles, recuam, pois não queriam os populares fazendo a revolução.<sup>159</sup>

Os pensadores reformistas, embora com uma noção imperfeita do processo, são testemunhas inquietas desse desequilíbrio. As formas de pensamento do fim do período colonial traduzem e consubstanciam um clima de descontentamento e de fé no progresso.<sup>160</sup> Pode ser encarado como um homem que entendeu de maneira avançada para seu tempo o sentido das desordens sociais em Salvador. Entretanto, as medidas por ele apontadas, baseadas no regime da pequena propriedade, indicam com clareza o quanto estava distante das possibilidades estruturais da economia colonial,

<sup>157</sup> MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1789**. Salvador, Editora Itapuã, 1969. p. 149–150.

<sup>158</sup> CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo Brasileiro: do “descobrimento” a Canudos**. São Paulo: Moderna, 1988. (Coleção Polêmica). p. 85.

<sup>159</sup> Idem, p. 85 - 86.

<sup>160</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 13.

baseada na grande propriedade e no escravismo, e alterar a estrutura fundiária não estava nos planos da Coroa. No fundo, percebe-se a existência da inadequação de ideias importadas da Europa, havendo intelectualização dos problemas básicos, com acenos a soluções reformistas.<sup>161</sup>

Essa inadequação, é expressa pela falta de dimensão de todo o problema colonial, em suas estruturas políticas e econômicas, pois Vilhena estava ambientado no mundo cultural luso, não percebendo o problema em uma dimensão maior que abarque os pormenores, enxergando-os a partir da dimensão administrativa. Essa falta de profundidade no conhecimento dos problemas coloniais talvez fosse resultado da tradução de obras estrangeiras, querendo aplicar modelos europeus a realidade colonial.

Em outro momento, entende ser a educação a base de uma nação, concluindo que não há valorização da classe docente, tornando uma nação frágil ao progresso e mais suscetível a ações despóticas<sup>162</sup>. Assim, propôs algumas reformas:

São as Aulas os seminários das riquezas mais preciosas que pode ter qualquer Estado, são a mina mais rica, e certa, de onde se extraem os homens grandes, sem os quais não podem subsistir os Impérios, as Monarquias, as Repúblicas; sem eles vacila a Igreja, os Estados perigam, a Justiça deserta, a desordem, e iniquidade campeiam; mais serviços faz pena à sociedade em um dia, do que milhares de espadas em muitos anos; pelas armas se introduzem, de ordinário, sanguinosas guerras nos Estados as quais nunca terminam sem o auxílio de penas douradas que põem os povos na posse, e fruição da aprazível paz; as luzes que ilustram as nações, iluminam os povos, as ciências, e as artes com que o mundo se governa devem-se às letras, quando a sua decadência, e total aniquilação, se deve às armas. Se muitos cabos de guerra que tem empreendido ações tivessem mais de estudantes que de soldados, talvez no meio de seu furor, o que raras vezes sucede aos que são mais sábios, que valentes, mais estudantes que soldados tu o tens visto, a presente época o tem mostrado ao mundo todo.<sup>163</sup>

Para Mota, a posição reformista de Luís dos Santos Vilhena tinha proposições consideradas revolucionárias para a época, na esfera social e econômica: emancipação dos negros e estabelecimento da pequena propriedade. Já na política, era um conservador, apegado ao soberano. Em síntese, revolução social e econômica, política, não. Às contradições do despotismo ilustrado, porém, Vilhena somava as suas próprias contradições: era avançado nas teorias, bom leitor de

<sup>161</sup> MOTA, C. G. Op. Cit., p. 112.

<sup>162</sup> SANTOS, Mayara Menezes. **Vilhena, Colono Ilustrado: A Fronteira entre o Literário e o Histórico no Estilo Clássico Português**. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Sergipe, 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Letras), p. 37.

<sup>163</sup> VILHENA, L. dos Santos. Op. Cit., p. 280 - 281.

Rousseau; porém, na prática, esteve muito distante de outros leitores baianos de Rousseau, contemporâneos, com a forma de pensamento não ajustada ao sistema, os artesãos revolucionários. Em Vilhena, não se encontra nenhuma sugestão direta ao rompimento com o sistema colonial.<sup>164</sup>

O pensamento colonialista português de fins do século XVIII, como vimos, encontra em Luís dos Santos Vilhena, uma de suas mais agudas expressões, que é o que mais corretamente se posiciona frente a realidade colonial para reformá-la, sendo mesmo sua síntese, cujos escritos se destinavam a alertar o governo central para os problemas existentes no Brasil. Quer apenas dar sugestões para a “reforma que se carece no Brasil”.<sup>165</sup>

Tal era o sentido de suas reflexões na 24ª carta, a qual completa-se com observações sobre a prática comercial que observou.<sup>166</sup> De modo geral, segundo ele, a colônia americana requeria da Metrópole “a maior vigilância e cuidado, não só em atenção aos interesses dos portugueses, como de uma grande parte das nações da Europa, que olham para o Brasil, como para manancial o mais perene das riquezas, em que abundam, atraídos pelos esforços da sua indústria.”<sup>167</sup>

Segundo Mota, “o colono ilustrado”, porém, vai para além da observação: quer buscar uma explicação para tal estado de coisas.<sup>168</sup> Mota quer avaliar os limites críticos e sociais do reformismo de Vilhena. Apontou alguns problemas econômico-sociais e políticos do ângulo do colonizador, propôs soluções agrícolas fechadas no âmbito social a sua realidade colonial, inserida no Império luso, em benefício do seu bem maior: o Estado, atendendo aos interesses reinóis. Por isso um reformista, queria reformar economicamente e racionalizar a administração colonial, conservando a autoridade absoluta. Apesar de ler Rousseau, seu pensamento é atrelado a influência de Montesquieu, que defende o comércio regulado pelo Estado, porém, questiona, mesmo que moderadamente, a concentração de poder absolutista e do clero.<sup>169</sup> O liberalismo era, para Vilhena, perigoso e prejudicial.<sup>170</sup>

Para Araújo, Vilhena queria reformar uma estrutura social emperrada, a fim de conservar o poder sobre ela, dar um rumo a economia para gerar riquezas para o Estado, mas suas sugestões reformistas, já eram ineficazes para um sistema político em crise, que não acompanhava mais o

<sup>164</sup> MOTA, C. G. Op. Cit., p. 121.

<sup>165</sup> Idem, p. 94.

<sup>166</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 29.

<sup>167</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 943.

<sup>168</sup> MOTA, C. G. Op. Cit., p. 87.

<sup>169</sup> SANTOS, M. M. Op. Cit., p. 37.

<sup>170</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 21.

ritmo do dinâmico centro europeu que estava em ascensão, e talvez, por isso, seus relatórios, em formas de cartas não tivessem sido publicados na época.<sup>171</sup>

---

<sup>171</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 30.

#### 4. O PENSAMENTO LIBERAL NA COLÔNIA: JOSÉ DA SILVA LISBOA

Neste capítulo, analisaremos a obra de José da Silva Lisboa (1756-1835), no que tange ao livre comércio, sua nítida inclinação político-econômica e suas contribuições ao Império Brasileiro. Considerado o Patrono da Ciência Econômica do Brasil, sua atuação política lhe concedeu o título de pioneiro do Liberalismo no país. A leitura dos clássicos e a formação que obteve em Coimbra favoreceram sua inclinação monarquista, centralizadora e reformista-moderada, além de conduzi-lo nas tomadas de decisões da vida pública.<sup>172</sup>

Destaca-se como entusiasta e vulgarizador das ideias de Adam Smith<sup>173</sup>, homem de vasta erudição, autor de numerosas obras que o projetaram no campo do direito, da economia e das letras, sobressaiu-se nos cargos que ocupou, pelo brilho da cultura e dos trabalhos realizados, notabilizando-se igualmente como parlamentar e jornalista. Mandou traduzir e publicou um resumo do célebre livro de Adam Smith, sendo que o mesmo escreveu e publicou, em 1804, seus *Princípios de Economia Política*, tendo ainda influído na decisão da abertura de nossos portos ao comércio internacional. Impregnado do liberalismo smithiano, era livre-cambista, contrário aos monopólios e ao protecionismo.<sup>174</sup> Distintamente, Vilhena é mercantilista e colonialista e não cogita uma solução fora do âmbito desse sistema<sup>175</sup>.

As ideias liberais têm longa tradição no país, datando suas primeiras manifestações dos fins do século XVIII e primórdios do século XIX, fase anterior a Independência: período heroico das reivindicações liberais, em que as ideias de soberania do povo e de liberdade em todas as manifestações (liberdade de comércio, liberdade de manifestação do pensamento, etc.), a igualdade

---

<sup>172</sup> STINGUEL, Marcela Portela. Influências clássicas no pensamento de Visconde de Cairu. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, XII & 13., 2017, Niterói, **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/21%20Influ%C3%AAs%20cl%C3%A1ssicas%20no%20pensamento%20do%20Visconde%20de%20Cairu.pdf>> . Acesso em: 17 Mar. 2019. p. 2.

<sup>173</sup> LISBOA, José da Silva (Visconde de Cayru). **Princípios de Economia Política**. Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 1956. p. 24.

<sup>174</sup> LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 77.

<sup>175</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 20.

de todos perante a lei e o princípio de governo representativo aparecem como reivindicações comuns à maioria dos revolucionários.<sup>176</sup>

Enquanto o liberalismo europeu tem sólidas bases sociais para tornar efetivas suas reivindicações mais radicais, a ideologia no Brasil não alcançou o prestígio do Velho Mundo, pois não se dissociou de velhas práticas colonialistas, como a escravidão e a organização obsoleta da produção, fatores não ocasionais ao desenvolvimento dos anseios ortodoxos aspirados.

Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as Instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia. No Brasil as ideias liberais teriam um significado mais restrito, não se apoiariam nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função. Os princípios liberais não se forjaram, no Brasil, na luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realeza. Foram importados da Europa. Não existia no Brasil da época uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte a essas ideias.<sup>177</sup>

Para a compreensão do liberalismo Brasileiro é essencial indagar do seu significado específico, pois atrás de fórmulas aparentemente idênticas as do liberalismo europeu existe uma realidade histórica distinta que lhe confere um sentido próprio: a de um país colonial e dependente inserido dentro dos quadros do sistema capitalista.<sup>178</sup>

Como afirma Viotti:

A situação colonial do país confere um sentido específico às lutas liberais. Na primeira fase, o liberalismo é antes de tudo, instrumento de luta contra a Metrópole. Os liberais se opõem à Coroa portuguesa na medida em que esta se identifica com a Metrópole. A luta contra o absolutismo é aqui, em primeiro lugar, luta contra o sistema colonial. A luta pela liberdade e pela igualdade é luta contra os monopólios, os privilégios e as restrições que a Metrópole impõe à livre produção e circulação, principalmente as restrições que a Metrópole impõe à livre produção e circulação, principalmente as restrições comerciais que obrigam os Brasileiros a comprar e vender através de Portugal, na dependência dos mercadores portugueses; luta contra as exações do fisco, os entraves da justiça distante e arbitrária; contra o monopólio dos cargos e distinções pelos naturais de Portugal; luta, enfim, contra as instituições prejudiciais aos proprietários de terras ou a seus prepostos ligados à economia de exportação, que, ao lado dos mercadores, constituíam o grupo mais poderoso da sociedade colonial.<sup>179</sup>

<sup>176</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 2º ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 109.

<sup>177</sup> Idem, p. 28.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 111.



Luís dos Santos Vilhena comenta o autoritarismo notado por Emília Viotti: “com ingenuidade te confesso que não é das melhores desgraças o viver em colônias longe do Soberano, porque nelas a lei que de ordinário se observa é a vontade do que mais pode” e “(...) nem intrometer-se com o que determina quem quer, pode, e manda;.”<sup>180</sup>.

Então, vemos a manutenção de valores tradicionais elitistas e autoritários, típicos de um sistema colonial excludente, onde o pensamento liberal foi expurgado de suas feições mais radicais, cooptado para o uso próprio de uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática.<sup>181</sup>

Percebemos uma atuação dúbia da manifestação iluminista portuguesa, que resistia à secularização, pois era controlado pela Coroa portuguesa, que não queria perder seus privilégios e manter toda sua influência político-econômica. Se houve alguma aproximação com os princípios liberais, ela foi limitada. As mudanças ganharam impulso, principalmente, com D. Luís da Cunha (1662–1749), Antonio Ribeiro (1669–1783) e Luiz Antonio Verney (1713–1792).<sup>182</sup>

Foram os intelectuais do Iluminismo português que se dedicaram a reforma do ensino em Portugal, sob o prisma de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. Para estes intelectuais, Portugal estava em um grande atraso com as outras nações que, pelo seu atraso cultural, influenciava também no atraso de sua economia. Entretanto, Portugal prossegue com a sua tradição conservadora, sua acentuada ortodoxia religiosa impedia a aceitação da modernidade.

Entretanto, o aparente progresso alcançado não cessou os privilégios e recompensas da máquina estatal portuguesa, atravancando seu desenvolvimento científico, pois os letrados preferiam a vida de burocratas a preocuparem-se com as ciências naturais, no intuito de desenvolver efetivamente uma forma de Iluminismo ortodoxo, nos moldes franceses ou ingleses. Os reformistas portugueses não tinham liberdade de expressão, buscavam promover o que era conveniente ao Estado.<sup>183</sup>

No próprio seio do Estado, a influência da igreja atrapalhava esse processo, com seu significativo domínio político. Não houve sua total quebra de tradição. Portugal prossegue com a

<sup>180</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 280 e 922.

<sup>181</sup> COSTA, E. V. da. Op. Cit., p. 11 – 16.

<sup>182</sup> STINGUEL, Marcela Portela. **Justo Meio Estre os Excessos: A Obra Política do Visconde de Cairu**. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2018. p. 49.

<sup>183</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 108.

sua tradição conservadora, sua acentuada ortodoxia religiosa impedia a aceitação da modernidade. A Igreja não cede ao desenvolvimento científico e econômico.<sup>184</sup>

A figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699–1782), foi um dos grandes expoentes do Iluminismo português, entre o período de 1750 a 1777. Ao assumir como ministro dos Assuntos exteriores e da Guerra,<sup>185</sup> foi autor de reformas que previam desenvolver as manufaturas, impulsionar o comércio com os outros países, reorganizar a administração política do reino e aumentar o controle sobre as colônias, além de renovar o exército.

De grande destaque foi a reforma na Universidade de Coimbra na década de 1760. Após a expulsão dos jesuítas (1759), adotou a Coroa portuguesa algumas medidas de emergência para substituir a atividade pedagógica da Ordem, consistia-se nas “aulas régias”.<sup>186</sup> Entretanto, Portugal encontrava-se com grande carência de professores nos níveis secundário e universitário. Inspiradas em Luís Antônio Verney, padre do Oratório, um dos maiores representantes do Iluminismo no país, as reformas tinham como objetivos principais: monopolizar a educação, sob o controle do Estado, secularizá-la e modificar o currículo, padronizando-o ao ensino secular.<sup>187</sup>

A reforma educacional pombalina produziu uma nova geração de funcionários ilustrados à burocracia do estado e ao corpo hierárquico da Igreja reformadas. Modernizou as faculdades de teologia e lei canônica, incorporou o estudo de fontes portuguesas no currículo da faculdade de direito, atualizou a faculdade de medicina, voltando ao estudo da anatomia pela dissecação de cadáveres.<sup>188</sup>

Em 1759, foram criadas aulas régias de latim, grego e retórica; em 1761 o Colégio dos Nobres, em 1770 nomearam-se a Junta da Providência Literária, em 1772 a reforma da Universidade, sob a direção do reitor Brasileiro Francisco de Lemos. Houve valorização das ciências físicas e matemáticas e das ciências naturais, como física, química, zoologia, botânica, mineralogia e filosofia.<sup>189</sup>

O Iluminismo português nasce das reformas pombalinas, onde tinha como intenção preservar e fortalecer o regime absolutista, com reformas de cunho modernizador também na

<sup>184</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 48.

<sup>185</sup> MAXWELL, K. Op. Cit., p. 51.

<sup>186</sup> PAIM, A. Op. Cit., p. 27.

<sup>187</sup> MAXWELL, K. Op. Cit., p. 104.

<sup>188</sup> Idem, p. 110.

<sup>189</sup> CARVALHO, J. M de. Op. Cit., p. 66.

economia, ameaçada pelos primeiros efeitos da decadência do ouro, instabilidades do preço do açúcar, dominação econômica inglesa e uma significativa reforma na administração do Estado Português, no intuito de fortalecê-lo, colocando a educação ao lado da razão científica, em condições de recuperar a economia portuguesa, estagnada. O foco nas ciências naturais, sobretudo na mineralogia e na botânica, visava contribuições no sentido de inovar a exploração dos recursos naturais das colônias, especialmente no Brasil.<sup>190</sup>

Formações que tiveram como consequência uma produção de textos em história natural: botânica, mineralogia, geologia, topologia, metalurgia e, principalmente, na agricultura (técnicas de cultivo, desenvolvimento de ferramentas e engenhos) aos moldes dos temas desenvolvidos pelos enciclopedistas.

Como mostra José Murilo de Carvalho:

As reformas de Pombal produziram notável grupo de cientistas. Muitos deles eram brasileiros e alguns ainda militavam na política à época da Independência, como Manuel F. da Câmara e José Bonifácio, naturalistas de estatura internacional. Mas, embora comprometidos todos com o objetivo de promover o progresso científico e técnico, em termos políticos o comportamento desses cientistas não se distanciava muitos dos juristas. Certamente se preocupavam menos com a manutenção da ordem e com a centralização do poder. Alguns dos que viviam em Minas, por exemplo, envolveram-se na Inconfidência. Mas no fundo eram frutos do Iluminismo português, politicamente conservador. Além disso, também muito dentro dos objetivos das reformas pombalinas, a maioria deles trabalhava para o governo. Em Minas, no final do período colonial, havia 34 cientistas em cargos públicos. Muitos haviam sido comissionados pelo governo de Lisboa para levantar as potencialidades econômicas da capitania, sobretudo na área dos recursos minerais e vegetais. Os líderes mais radicais dos movimentos libertários antes da Independência tinham formação francesa ou puramente brasileira.<sup>191</sup>

Os homens que ocuparam cargos relevantes na economia colonial, majoritariamente, tiveram sua formação acadêmica coimbrã. É relevante informar ainda que houvesse estudantes com anseios separatistas. A citada universidade optou por um caráter de isolamento em relação ao restante da Europa, estratégia adotada para coibir o contato com o Iluminismo francês, considerado perigoso politicamente. José da Silva Lisboa, juntamente com outros acadêmicos que possuíam os mesmos ideais, agiram de forma a promover o desenvolvimento da economia imperial. Trabalharam

---

<sup>190</sup> Idem, p. 67.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 68.

de maneiras ajustadas aos interesses metropolitanos, mas almejavam equiparar-se às outras nações europeias no que concerne à produção de conhecimento científico.<sup>192</sup>

Dentro desse contexto se deu a formação universitária de Silva Lisboa. Quando regressou para Salvador, ele obteve a proteção de Marquês de Valença, graças a sua amizade com D. Martinho de Mello e Castro, figura importante nos reinados de D. José I e D. Maria I, em cargos como político e diplomata. Em carta redigida por D. Martinho, Lisboa era apresentado à sociedade baiana como competente sujeito para se dedicar a assuntos relacionados à agricultura. Em 10 de outubro de 1780, Silva Lisboa foi designado a Juiz Ordinário, da Capitania de Ilhéus, com objetivo maior de zelar pela tranquilidade e interesses da Coroa. Entre 1781 a 1782, Lisboa retornou a Salvador para advogar, exercendo o cargo de professor de grego e a Cátedra de Filosofia. Todavia, encontrava-se infeliz com essa situação e intensificou seus estudos sobre as questões rurais.<sup>193</sup>

Quando Silva Lisboa estudou em Coimbra, teve como professor Domingo Vandelli, tornando-se seu amigo. A troca de correspondências entre ambos era regular, cujos teores eram observações acerca de práticas da agricultura, compartilhando estudos e saberes. Em 1798, Silva Lisboa fora nomeado por D. Maria I a Secretário e Deputado da Mesa de Inspeção da Bahia, exercido até 1808 com a chegada da Família Real. No exercício desse cargo, colaborou com as relações entre lavradores e comerciantes, executou as resoluções da Metrópole e incentivou o comércio.<sup>194</sup>

O período no qual Silva Lisboa permaneceu em Portugal se mostrou imprescindível para sua trajetória profissional no Brasil, pois foi nesse ínterim que conheceu o então Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Esta feliz aproximação rendeu a Silva Lisboa o cargo de deputado e secretário da Mesa de Inspeção da Bahia, quando regressou ao Brasil no ano de 1797. O intuito de Souza Coutinho era favorecer a colônia americana para realizar aqui uma estruturação administrativa e econômica, recorrendo aos egressos da Universidade de Coimbra para a composição dos cargos administrativos coloniais.<sup>195</sup>

Em *Princípios de Economia Política*, o pensador difundiu as ideias de Adam Smith, reconhecendo ser a abertura econômica necessária para garantir aos agentes econômicos atuarem

---

<sup>192</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 59.

<sup>193</sup> Idem, p. 59 e 60.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>195</sup> Idem, p. 61.

livremente. Para ele, a legislação que impedir essa liberdade econômica seria inapropriada. Dessa forma, o Estado adota uma postura que não seja interventora e o soberano, por sua vez, deve agir somente no papel de tutela.<sup>196</sup>

Daqui nasce a necessidade que tem o Soberano de proteger a todos os seus súditos sem exceção de pessoas, não obstante a qualquer honesto trabalho e emprego de fundo; honrando todavia com especialidade a alguns, em proporção aos serviços, regulada pela quantidade e transcendência do proveito público que daí se derive; estabelecendo uma legislação praticável e compatível com o gênio dos cidadãos e circunstâncias do país; não se dirigindo pela indecente administração de parcialidades e privilégios de algumas ordens e particulares, em desamor e ofensa dos verdadeiros servidores do Estado e do grande corpo do povo; jamais tolerando atos de autoridade desnecessários ou perigosos;<sup>197</sup>

Silva Lisboa escreveu acerca da nação ter somente a agricultura como principal atividade econômica, sendo preocupante para as nações vizinhas, pois grande parte da população fica sem emprego e se revoltaria com facilidade. Então, para evitar as desordens, cumpre ocupar essa população ociosa forçosamente na atividade militar.<sup>198</sup> O Brasileiro, nesse contexto, aconselha que haja uma harmonia entre as atividades manufatureiras e a agricultura para evitar, dessa forma, a barbárie e decadência da nação.<sup>199</sup>

Alguns princípios gerais da Economia Política foram enumerados no segundo capítulo.

“1º) A ordem econômica deve ser estabelecida pelo Estado com fundamento na harmonia e segurança dos interesses públicos e privados.”<sup>200</sup> O chefe da nação deve amparar todos os seus membros, “jamais desunindo o interesse próprio do interesse dos seus súbditos e assegurando a integridade individual e a da propriedade legitimamente adquirida.”<sup>201</sup>

“5º) A acumulação de capitais deve ser empreendida para promover os meios de crescimento e progresso.”<sup>202</sup> Ele argumenta que deve haver um consenso, uma harmonia entre o monarca e seus súditos e não uma autoridade absoluta, que decreta leis comerciais e econômicas

<sup>196</sup> Ibidem, p. 29 e 30.

<sup>197</sup> LISBOA, J. da S. Op. Cit., p. 116 e 117.

<sup>198</sup> Idem, p. 154.

<sup>199</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 30.

<sup>200</sup> LISBOA, J. da S. Op. Cit., p. 108.

<sup>201</sup> Idem, p. 109.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 110.

abusivas. Ou seja, não contestava a autoridade absoluta do monarca, mas propunha a liberdade econômica que fosse necessária ao mercado, para o desenvolvimento econômico da nação.

Seguindo Adam Smith - “c) – condena a política de auto-suficiência, como se o Estado pudesse praticar uma espécie de economia doméstica ou autárquica”<sup>203</sup> -, Silva Lisboa afirmava que as trocas proporcionariam o progresso e a felicidade das nações:

As maravilhas do Criador e as faculdades dos homens, se frustram na maior parte (ainda nos mais civilizados países) pelos erros econômicos, que destroem o interesse do trabalho e a admiração dos povos. Vê-se míngua, barbarismo, ódio e deserto, onde deveria haver abundância, polimento, cordialidade e povoação. Vê-se trocar o arado pela espada e fazer a guerra, e não ao invasor e vagabundo, mas ao pacífico e industrioso. Não tratam as Nações de trabalhar segundo as específicas vantagens naturais, para gozarem o integral possível valor do respectivo trabalho; mas para se empecerem reciprocamente e inutilizarem o seu suor e fadiga. Todas querem ter tudo e em iníquo monopólio; e até sofrem de bom grado o dano próprio, contanto que obstem ao ganho alheio. Cada qual só acha a sua fortuna na desgraça das outras: fatal desvario e triste monumento de fraqueza do entender humano!<sup>204</sup>

Diferente de Luís dos Santos Vilhena, que critica as tentativas de eliminar toda a rede de regulamentações mercantilistas que vigoravam na Colônia.<sup>205</sup> Sobre Smith, é comum em Silva Lisboa tecer inúmeros elogios acerca de seus ensinamentos, como podemos ver nesse trecho:

Este inimitável mestre procurou conciliar o interesse de todos os países e classes de indivíduos, dando dignidade aos povos e governos; deixando àqueles manejar seus próprios negócios e a estes atribuindo genuína e essencial prerrogativa de proteger e acreditar a Nação. Considera os homens como ora são e não como deveriam ser, e, seguindo o meio entre as exagerações fisiocratas e a misteriosa alquimia dos canonizadores das obstruções do comércio, intenta resgatar a humanidade da servidão e de monopólio.<sup>206</sup>

Necessário informar que, durante o tempo em que o Brasileiro atuou como secretário da Mesa de Inspeção, inúmeras foram as reclamações dos negociantes e agricultores insatisfeitos com as ordens régias que contrariavam os seus interesses, fazendo com que o príncipe regente

---

<sup>203</sup> Idem, p. 293.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>205</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 21.

<sup>206</sup> LISBOA, J. da S. Op. Cit., p. 97.

questionasse ao então governador, João Saldanha da Gama Mello e Torres (1773–1809), sobre a necessidade de manter aquele órgão.<sup>207</sup>

Enquanto os importantes negociantes ligados ao comércio atlântico lutavam pelo rigoroso controle de preços e da qualidade dos produtos de exportação, os plantadores de açúcar, de tabaco e de mandioca, bem como pequenos comerciantes e comissários volantes reivindicavam liberdade para comerciar e fugir ao controle da Mesa da Inspeção.<sup>208</sup>

Esses fatos não o perturbaram, pois, apesar de funcionário régio, discordava da política econômica adotada pela Monarquia. O Brasileiro ilustrado acatava as ordens da Coroa, mas defendia a liberdade comercial. Vale lembrar que embora o futuro Visconde de Cairu divergisse nesse quesito, ele não era contrário à Monarquia.<sup>209</sup>

O reformismo ilustrado luso-Brasileiro, no qual o Lisboa encontrou alicerce para suas doutrinas, favoreceu não só as obras que publicou posteriormente, mas também nas tomadas de decisões que permearam sua vida política.<sup>210</sup>

A partir da chegada da Corte, o Brasil passou por alterações relevantes. Assim como a abertura dos portos, criaram-se as academias, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico, por exemplo. A imprensa, ainda que de forma embrionária, começou a operar. O Império Luso-Brasileiro começava sua edificação se beneficiando de uma maior associação entre as regiões. Nesse panorama, através da evolução econômica e política, as ideias liberais, simultaneamente, também se desenvolveram por influência dos sujeitos que haviam estudado nas universidades europeias.<sup>211</sup>

Nessa conjuntura, o Rio de Janeiro se destacava já no início do Oitocentos como a mais importante praça mercantil não só do Brasil, mas também de todo Império Português Ultramarino, cabendo ao país ibérico somente o papel de entreposto comercial entre a Europa e o Ultramar.<sup>212</sup>

<sup>207</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 62.

<sup>208</sup> KIRSCHNER, Tereza C. A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Bahia (1751-1808). In: **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa: Biblioteca Digital Instituto Camões, 2005. p. 11.

<sup>209</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 62.

<sup>210</sup> Idem, p. 63.

<sup>211</sup> Ibidem, p. 66 e 67.

<sup>212</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645 – 1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos**

Por sua vez, embora não tenha ocorrido uma auto regulação do mercado, a economia daquele espaço decerto se tornou mais heterogênea, pois passou a comportar variadas rotas comerciais derivadas dos mercados regionais. Caracterizava-se, assim, um ponto de crucial importância para a redistribuição de produtos coloniais ou das demais partes do Império luso.<sup>213</sup>

Além das mudanças econômicas, aconteceram de maneira sincrônica alterações políticas e culturais, pois a Monarquia tomava suas decisões na referida cidade. Sociais, pois a população tornara-se sortida, repleta de ritos reais. O Rio de Janeiro, em meio a tais transformações, impulsionou o desenvolvimento da urbanização.<sup>214</sup>

Observou-se que a Corte se transformara com a chegada da Família Real, em 1808. Essa mudança proporcionou à capital as práticas liberais econômicas e inúmeras foram as reações entre a elite letrada e os homens do poder. José da Silva Lisboa, neste recorte temporal, escreveu diversas obras que tratam desse assunto.<sup>215</sup>

O ano de 1808 se mostrou bastante dinâmico também para José da Silva Lisboa: designado para a regência da cátedra de Economia Política; mudou-se para o Rio de Janeiro; e recebeu nomeações para os exercícios de Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, para membro da Junta Diretora da Impressão Régia, para Deputado à Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações, do Estado do Brasil e para Desembargador da Relação da Bahia. Discípulo de Smith para com as questões econômicas e influenciado por Burke em matéria política, representava um grande entusiasta das ideias inglesas. O Brasileiro, homem de grande erudição, não só expôs como também disseminou o pensamento liberal no Brasil.

Nessa parte, analisaremos alguns dos seus escritos no que concerne à livre concorrência e a indústria. Em *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil* (1808), o autor tinha como objetivo apresentar os benefícios que seriam obtidos pelo Brasil com a abertura dos portos uma vez que as refutações para com essa medida eram sucessivas. Silva Lisboa lidou com rejeições acerca do livre comércio, pois os contrários à referida prática acreditavam que a franqueza comercial faria com que, no Brasil, se formassem os monopólios. Dessa forma, os comerciantes nacionais seriam

---

**trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 321 – 322.

<sup>213</sup> Idem, p. 332.

<sup>214</sup> STINGUEL, M.P. Op. Cit., p. 67.

<sup>215</sup> Idem, p. 68.



lesados face à concorrência com produtos estrangeiros. Contudo, para Cairu, franqueza de comércio (livre, ativo, desenvolvido, forte) e monopólios constituíam argumentos paradoxais.<sup>216</sup>

Em contraposição a seu colega de magistério, Luís dos Santos Vilhena é contra a liberdade de comércio não só entre a Colônia e os demais países, mas mesmo dentro da própria Colônia. Como forma de evitar a carestia – sobretudo dos víveres de primeira necessidade, insiste em que se fixem os preços, estipula o lugar onde vender as mercadorias, os impostos, caminhos por onde conduzir o gado, os intermediários etc. Acha o “celeiro público” indispensável, advogando ainda o estabelecimento de uma praça de pescada. Ao denunciar os “atravessadores monopolistas” de carne aproveita para reiterar sua condenação ao liberalismo, “doutrina em uma parte profícua (mas que) pode ser em outra nociva e inaplicável”<sup>217</sup>.

Para Vilhena, a Coroa deve intervir para evitar que o comércio favoreça o interesse particular, em detrimento do interesse público, segundo exigências de “caridade, e humildade, equidade e justiça”.<sup>218</sup>

Para Silva Lisboa, gerir o comércio significava, além do esperado desenvolvimento econômico, benefícios tais como:

A franqueza do comércio no Brasil será de progressivo interesse à Coroa, e Nação. Aquela terá mais rendas, em proporção à maior quantidade de valores importados e exportados, que pagarem os direitos estabelecidos; e esta aumentará continuamente os seus recursos, despertando-se da letargia, em que jazem as indústrias do país, introduzindo-se outras por novas direções, que a energia do interesse particular, deixada a sua natural elasticidade, removidos todos os obstáculos, deve achar, até pela constante emulação e conflito dos competidores nacionais e estrangeiros. Onde concorrem mais comerciantes, aí é sempre mais ativo o espírito de especulação, para se descobrirem os melhores meios de emprego de capitais. Até o presente, nosso comércio era muito mecânico, rotineiro e apoucado. A principal parte consistia na grosseira compra e remessa de gêneros coloniais para os dois portos do Reino, Lisboa e Porto. Pode-se sem exageração dizer, que ignorávamos o comércio do mundo. As nossas amizades, e correspondências mercantis, se limitava a poucas pessoas, a quem se dava as vezes forçada, indiscreta, e ilimitada confiança. Por isso agora nos achamos em tão grandes embarços, que só se podem remover com a franqueza do comércio estrangeiro.<sup>219</sup>

<sup>216</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>217</sup> VILHENA, L. dos S. Op. Cit., p. 129.

<sup>218</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 21 – 22.

<sup>219</sup> ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 70 – 71.

Silva Lisboa propõe ao Brasil uma conduta liberal, percebendo nisso como a única salvação para Portugal tornar-se uma monarquia forte, independente. Além de enaltecer o comércio livre, faz o mesmo com a livre importação, rebatendo críticas dos comerciantes nacionais acerca da “franqueza da importação estrangeira”<sup>220</sup> receosos de perder sua concorrência para os estrangeiros.

Para ele, era primordial a presença de mercadorias estrangeiras a ser importada pelos reinóis e colonos, pois, além da elevação das taxas alfandegárias, concessão de créditos, paz externa, haveria mais compradores das produções coloniais lusas. Todavia, reconhece que deve haver restrições ao número de casas comerciais estrangeiras e outras limitações que só deveriam atender exclusivamente os comerciantes nacionais. O livre comércio, em detrimento dos monopólios, possibilita a cada indivíduo optar pelo mais lucrativo em relação à sua indústria. Isso elevará as riquezas, pois o patrimônio nacional é a soma dos patrimônios individuais.<sup>221</sup>

Não é razoável sustentar monopólios de fabricantes com o pretexto de se evitar falta de trabalho e subsistência das classes pobres. Quanto é maior a franqueza do comércio, e é livre a cada um empregar a sua indústria na direção que entende ser-lhe mais vantajosa, nunca pode faltar matéria de emprego útil, e a devida subsistência dos industriais; pois todas as coisas são no mercado mais abundantes, e os fundos não se estagnam e esterilizam em ramos menos vantajosos para a nação, e todos se dirigem para onde se declara a demanda do país, ou de estrangeiros. Além disso é notório que os fabricantes que são mais importunos em requerer monopólios, se enriquecem à custa dos obreiros, a quem assalariam pelo mais baixo preço, que mal lhes dá mesquinha manutenção. Eles igualmente seguem a regra comum, quando compram as matérias, e instrumentos de suas fábricas, e tudo o mais de seu uso, a quem lhes vende mais em conta, sem preferirem o nacional ao estrangeiro.<sup>222</sup>

Lisboa responde à falta de visão dos que o criticam sobre essa questão:

Os que desejam monopólios, sempre são de curta vista, e tropeçam nos próprios passos. O primeiro arbítrio é contrário ao destino. Quanto menos casas de comércio estrangeiras houver, tanto é mais fácil conluiar-se para não venderem as suas mercadorias senão por altos preços, segundo as circunstâncias.”<sup>223</sup>

Elaborava um pensamento original, quando critica os monopólios e o sistema colonial:

<sup>220</sup> Idem, p. 142.

<sup>221</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 71.

<sup>222</sup> ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 163.

<sup>223</sup> Idem, p. 144.

O arrogado monopólio dos comerciantes das metrópoles em dano das colônias devia produzir esse efeito com maior devassidão, e impossibilitar em muitas ocasiões os ganhos projetados; pois, por isso mesmo que ao princípio era mui vantajoso o tráfico do Brasil, pela exclusão dos estrangeiros; tanto comerciantes nacionais concorreram para ele, até retirando os seus capitais de vários ramos menos lucrativos do comércio do Reino, que forçosamente se havia de romper o natural equilíbrio dos empregos mercantis, enfraquecendo-se vários ramos da indústria ali estabelecidos, e perdendo-se nos das colônias. Nisso era evidente o prejuízo da metrópole; mas ele emanava do sistema colonial.<sup>224</sup>

Em síntese, a prosperidade nacional será alcançada, de acordo com Cairu, quando cada pessoa aplicar seus fundos da maneira mais adequada. Contudo, há de se respeitar simultaneamente as leis e a propriedade.<sup>225</sup>

A intenção de Silva Lisboa era desenvolver a nação por meio das liberdades individuais, não somente nas atividades econômicas e institucionais, mas em vários âmbitos da vida privada e pública, sem muita interferência do Estado. Mas o problema advém da tradição das práticas de um absolutismo despótico, práticas coloniais, da interferência da instituição cristã na política e alguns outros motivos atrelados aos pilares da sociedade, que permaneceram e impediam a secularização e a aceitação da modernidade.

Em *Observações sobre a franqueza de indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil* (1810), o escritor disserta sobre a questão da indústria, abordando as mais viáveis possibilidades de incentivo às atividades industriais no Brasil. Segundo Cairu, as opiniões sobre a promoção industrial no Brasil eram, por vezes, contraditórias. O Brasileiro, contudo, se mostra bastante hesitante no que concerne à instalação das manufaturas no país, pois julgava tal conduta precipitada e não era adequado rivalizar com outros países que já se encontravam em estado de adiantamento em relação aos índices populacionais e estabelecimentos manufatureiros. De acordo com Lisboa, o Brasil deveria investir nas fábricas, tendo como base a agricultura, navegação e comércio. As indústrias refinadas não deveriam ser incentivadas, pois o país não teria condições de concorrer com as nações europeias.<sup>226</sup>

Essa obra esclarece que o Brasil naquela época contava com população escrava abundante, se comparada à livre. De acordo com Cairu, para a difusão gradativa industrial seria necessário o desenvolvimento da população. Em conformidade com o autor, ainda que não houvesse no país

<sup>224</sup> Idem, p 158.

<sup>225</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 71.

<sup>226</sup> Idem, p. 72 – 73.

manufaturas refinadas como nas nações europeias, por outro lado, haviam indústrias convenientes às circunstâncias nacionais e produtivas.<sup>227</sup>

“Por isso pode ter muita indústria e riqueza sem ter as artes manufaturadas superiores, que são naturais na Europa; e enquanto tiver muitas e férteis terras, nenhum emprego pode ser tão lucrativo como o da agricultura, mineração, comércio interior e exterior, e artes mais imediatas e proximamente associadas aos exercícios respectivos.”<sup>228</sup>

Para que haja sucesso no estabelecimento das manufaturas, de acordo com Silva Lisboa, é necessário que se tenha a franqueza do funcionamento das indústrias, bem como descartar os favores e privilégios extraordinários.

Os monopólios, dessa forma, deveriam ser eliminados:<sup>229</sup>

Pode-se como regra certa que todos os privilégios, convites, e favores extraordinários dos governos para certas indústrias contêm em si uma força moral, e de fato, violenta, que arranca os braços e capitais donde não se deveriam tirar, e os encana para onde menos utiliza ao Estado. Todos os fardos ou volumes de fazendas assim produzidos em manufaturas privilegiadas pode-se com razão dizer que extinguem proporcional quantidade de caixas de açúcar, rolos de tabaco, sacas de trigo, e café etc. Em geral (bem o demonstra Smith) todo o privilégio exclusivo dá um monopólio, e todo o monopólio particular (que não provém dos dons da natureza, e direitos da propriedade) é público malefício, e vem a ser, afinal de contas, contra o próprio Estado que o concedeu.<sup>230</sup>

A proteção governamental, segundo o Brasileiro, era de fundamental importância, pois cabia ao governo proteger as leis e indústrias, bem como agir de forma imparcial. Necessário também que a ação governamental não interferisse nas escolhas de cada um, pois o livre arbítrio conduziria aos interesses de todos.<sup>231</sup>

Em suma, exerceu importante papel político e econômico na consolidação da monarquia, sendo sua atuação tanto como político quanto como escritor econômico fundamentais. Visconde de Cairu viveu em dois tempos específicos: antes e após a Revolução Francesa. Certamente, o Brasileiro alcançou influências de ambos períodos históricos, porém, jamais desviou de suas

<sup>227</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 73.

<sup>228</sup> ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 225.

<sup>229</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 73.

<sup>230</sup> ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 228 – 229.

<sup>231</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 73.

características assimiladas na Universidade de Coimbra. Esse horizonte desnortado influenciou Silva Lisboa em suas ideias e, conseqüentemente, em seus escritos.<sup>232</sup>

Apesar de ser um reformista politicamente conservador, como Luís Vilhena, Lisboa tinha um projeto de desenvolvimento colonial diferente deste, que era mercantilista, pois percebeu que os interesses privados, quando livres para desenvolver-se, eram a resolução dos problemas econômicos, enumerando várias sugestões e propostas avançadas para o sistema colonial.

---

<sup>232</sup> Idem, p. 13.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intelectuais aqui analisados estavam descontentes com os rumos tomados pelo Império luso nos destinos do Brasil, traçando um discurso que transcende indignação e desespero. Um reformismo constante e corajoso poderia ter adequado a evolução social do Brasil de modo a propiciar em encontro entre o Estado e Nação, tornando cada brasileiro um cidadão participante de seu destino nacional. O desencontro que sempre existiu entre governante e governados tem, na frustração de todos os movimentos reformistas mais sérios, uma de suas causas inquestionáveis.<sup>233</sup>

Luís dos Santos Vilhena defendia um projeto político muito atrelado aos interesses estatais, seguindo modelos econômicos tradicionais já superados na Europa, como o mercantilismo, com simpatias pela doutrina fisiocrática. Já José da Silva Lisboa apresentava um projeto de defesa de liberdades de comércio, da indústria e do indivíduo, sem muita regulação do Estado português, mas politicamente fiel a Coroa. Referente ao Estado, para os dois intelectuais, as práticas pautadas nas tradições bem como nos costumes deveriam ser consideradas, ou seja, preservar a tradição.<sup>234</sup>

Luís dos Santos Vilhena possuía propostas originais, principalmente no campo social. Entretanto, suas ideias não tinham mais como efetivar-se, pois, no Brasil, nesse fim do século XVIII e início do XIX, quando a crítica ao colonialismo avançava com o liberalismo. Esse liberalismo defendido por Adam Smith e compartilhado por José da Silva Lisboa tornava seu pensamento ultrapassado, pois Vilhena pertencia à geração cultural de Montesquieu.

Luís dos Santos Vilhena e José da Silva Lisboa foram leais ao monarca, questionando, moderadamente, os fundamentos do sistema colonial e constituindo-se politicamente em reformistas conservadores. Vilhena acredita no colonialismo, mas não chega a questioná-lo, apenas quer torná-lo melhor, criticando a concentração de poder absolutista e do clero. Seu pensamento é condizente ao de Montesquieu, que é alinhado à autocracia do monarca. Seu conceito de liberdade política não precisa obrigatoriamente abranger outros setores da atividade humana, como a economia. Isso

---

<sup>233</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 9.

<sup>234</sup> STINGUEL, M. P. Op. Cit., p. 91.

permite a Montesquieu posicionar-se contra a liberdade de comércio, ideia que Vilhena adotou, atribuindo grande valor as ideias mercantilistas.<sup>235</sup>

O pensamento de Vilhena, entretanto, já não tinha como efetivar-se, visto que ele próprio, pouco depois, seria contemporâneo da elevação do Brasil a Reino Unido com Portugal, tampouco percebeu, ao que parece, a extensão dos movimentos sociais, que era o avanço dos movimentos liberais em todos os níveis, em conformidade com a economia dos países industrializados, sendo que sua colônia tinha sido ultrapassada nessa questão devido a ascensão dos países do noroeste europeu. Os remédios preconizados já eram ineficazes para um sistema político agonizante. Não percebeu os movimentos sociais. Para o professor, enquanto viveu, estes movimentos liberais que se dissuadiram na Europa no início do século XIX, não passava de distúrbios ou contestações de “vadios” ou “desocupados” que deviam ser rapidamente transformados em cidadãos respeitáveis, donos de propriedades rurais produtivas, preservadas e defendidas segundo os interesses de um Estado protetor e benevolente.<sup>236</sup> Acreditava no crescimento econômico do Império luso pelo desenvolvimento da agricultura, adotando princípios fisiocráticos.

Conclui-se que, existe nos últimos cinquenta anos do período colonial, um grupo de pensadores formularam projetos alternativos para a colonização portuguesa, imbuídos de seus valores político-culturais do período. De um lado, o mercantilista e fisiocrata, de Luís dos Santos Vilhena, critica, moderadamente, o sistema e seus responsáveis diretos, atrelando-se politicamente ao monarca despótico, com o acatamento de suas medidas mais importantes. Suas sugestões foram a criação de Lei Agrária, uma espécie de reforma agrária para a distribuição da grande propriedade improdutiva, o que favoreceria a criação de uma classe baseada na pequena propriedade rural com a formação de um mercado interno. Apesar de querer reformar socialmente o sistema colonial em crise, Vilhena estava imbuído em desenvolver a metrópole, com a modernização das técnicas agrícolas, visando a elevação da produtividade. Vilhena só se preocupava com a pobreza baiana justamente por causa da crise econômica que parecia irrecuperável para a metrópole.

Já o liberalismo econômico de José da Silva Lisboa deixa tanto Montesquieu, quanto Vilhena para trás, pois tinha ideias avançadas para o Império luso-brasileiro, defendendo as liberdades econômicas e políticas em várias esferas da sociedade civil, tanto no comércio, como na indústria.

---

<sup>235</sup> JOBIM, L. Op. Cit., p. 26, 27.

<sup>236</sup> ARAÚJO, E. Op. Cit., p. 30.

Então, é nesse confronto de crítica do colonialismo mais ortodoxo pelo mercantilismo e essa mesma crítica do colonialismo pelo liberalismo, sistema político-econômico dinâmico que passa a adquirir a dianteira no desenvolvimento industrial europeu, que vai se moldar a formação da nação brasileira no início do século XIX, mostrando a adaptação de ideias liberais ao conservadorismo da elite política no Brasil.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, Leila, Mezan. **D. João VI: Os Bastidores da Independência**. São Paulo: Ática, 1987.
- ARAÚJO, Emanuel. Introdução. In: VILHENA, Luís dos Santos. **Pensamentos políticos sobre a Colônia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Série Publicações Históricas 87, 1987.
- CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo Brasileiro: do “descobrimento” a Canudos**. São Paulo: Moderna, 1988. (Coleção Polêmica).
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 2º ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, João Paulo Marques Sabido. **O Visconde de Cairu e o Brasil**. Salvador: EDUNEB, 2010.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de economia política clássica**. São Paulo/Campinas: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 1993.
- FALCON, Francisco José Calazans. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Mercantilismo e Transição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 15ª edição, 1994. (Coleção Tudo É História, v. 7).
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. **O iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010.
- GOMES, Alfredo. **Introdução à economia: subsídios históricos e doutrinários**. Rio de Janeiro: Agir, 1958. PUC-RJ – Coleção do Instituto de Estudos Políticos e Sociais.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- JOBIM, Leopoldo. **Reforma Agrária no Brasil Colônia**. Editora: Brasiliense, 1983.
- KIRSCHNER, Tereza C. A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Bahia (1751-1808). In: **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa: Biblioteca Digital Instituto Camões, 2005.
- LOPES, Flávio Renato de Aguiar. Iluminismo ou Iluminismos? In: **Revista Vernáculo**, n. 27. UnB, Brasília: 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/viewFile/31092/21011>. Acessado em 16/02/2019, às 01:59.

- TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008.
- LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico do Brasil**. São Paulo: Brasiliana, 1976.
- LISBOA, José da Silva (Visconde de Cayru). **Princípios de Economia Política**. Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 1956.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de Revolução no Brasil (1789 – 1801)**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- MATTOSO, Katia M. de Queiros. A opulência na Província da Bahia. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 – 1998. 2. v.
- MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1789**. Salvador, Editora Itapua, 1969.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- NETA, Amélia Saback Alves. Filtro historiográfico: cartas de Vilhena pela leitura de Braz do Amaral. In: **XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2015, Florianópolis. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis - SC, 27 a 31 de julho de 2015.
- PAIM, Antônio. **Cairu e o liberalismo econômico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- ROCHA, Antonio Penalves. **José da Silva Lisboa, visconde de Cairu**. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- RUY, Afonso. **A primeira revolução social Brasileira (1798)**. 2a ed. São Paulo, 1978.
- SANTOS, Mayara Menezes. **Vilhena, Colono Ilustrado: A Fronteira Entre O Literário E O Histórico No Estilo Clássico Português**. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2018, 97 f. Dissertação (Mestrado em Letras).
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os economistas).
- STINGUEL, Marcela Portela. Influências clássicas no pensamento de Visconde de Cairu. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, XII & 13., 2017, Niterói, **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <  
<http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/21%20Influ%C3%A4ncias%20cl%C3%A1ssicas%20no%20pensamento%20do%20Visconde%20de%20Cairu.pdf>> . Acesso em: 17 Mar. 2019.
- STINGUEL, Marcela Portela. **Justo Meio Estre os Excessos: A Obra Política do Visconde de Cairu**. Vitória: – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, 2018, 114 f. Dissertação (Mestrado em História).
- STRENGER, I. **História da filosofia**. São Paulo: LTr, 1998.
- TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da UnB, 1961.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edison Carneiro. Vol. I, II, III. Salvador, BA: Editora Itapuã, 1969. Vol. I, 1969.